

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

Daiane Conrado da Silva

EDUCAÇÃO POLÍTICA:
estratégia para o controle social democrático do Sistema Único de Assistência Social

Porto Alegre
2018

Daiane Conrado Da Silva

**EDUCAÇÃO POLÍTICA:
estratégia para o controle social democrático do Sistema Único de Assistência Social.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes

Porto Alegre
2018

Daiane Conrado Da Silva

**EDUCAÇÃO POLÍTICA:
estratégia para o controle social democrático do SUAS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Política Social e Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes

Aprovada em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes
Orientadora
(PPGPSSS/ UFRGS)

Dra. Ana Lúcia Suarez Maciel
(PPGSS/PUCRS)

Dr. Fernando Frota Dillenburg
(PPGPSSS/UFRGS)

Dra. Loiva Mara de Oliveira Machado
(PPG/UNIPAMA)

CIP - Catalogação na Publicação

Conrado da Silva, Daiane

EDUCAÇÃO POLÍTICA: estratégia para o controle social democrático do Sistema Único de Assistência Social / Daiane Conrado da Silva. -- 2018.

94 f.

Orientadora: Rosa Maria Castilhos Fernandes.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Educação Política. 2. Controle Social. 3. Sistema Único de Assistência Social. 4. Participação. I. Castilhos Fernandes, Rosa Maria, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*À minha filha Helena, que me faz ressignificar a
palavra amor. Aos meus pais, Evado e Aurea.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, meu pai Evaldo que sempre incentivou meus estudos, e minha mãe Áurea, minha maior entusiasta. A dor da perda se transformou em saudade, mãe, e cada conquista minha será tua também, para sempre. Agradeço aos meus irmãos pelo companheirismo de sempre e aos meus sobrinhos e sobrinha por serem puro afeto na minha vida.

Agradeço à Secretaria Municipal de Saúde de Tapera pelo apoio, obrigada por possibilitar através da liberação para os estudos que eu pudesse concluir esta etapa. Também, agradeço aos colegas da APAE e unidades de saúde nas quais eu trabalho pela paciência e compreensão com esta assistente social neste momento de conclusão dos estudos.

Agradeço aos amigos e amigas que me acompanham na vida, obrigada pelo carinho dispensado! Especialmente quero registrar agradecimento à amiga Mariele pela ajuda nesta fase final do mestrado, e que com amor me acolhe desde que nos conhecemos no primeiro dia de aula. Gratidão Mari! Aos demais: Fernando, Jaqueline, Marlon, Sinandra, Sheila, Viviane e Yana: grata pela amizade. Amo todos vocês!

Agradeço ao Professor Dr. Fernando e Professora Dra. Loiva que contribuem desde o início com este estudo.

Agradeço a CAPES, que através de bolsa de estudos proporcionou dedicação integral ao mestrado por significativo período de tempo.

De forma especial, agradeço a minha orientadora Professora Rosa. Gratidão por tudo.

Agradeço a primeira turma do PPGPSSS/UFRGS. Foi uma honra conviver com essas mulheres guerreiras e maravilhosas. Este mestrado foi mais rico em aprendizado com a presença de vocês. O Comitê mais lindo que já se viu. Obrigada por tudo, gurias!

E por final, agradeço à pequena Helena pelos sorrisos e olhares transbordando afeto. A vida tem mais sentido agora. Amo-te, filha.

Celebração das Contradições/1

Como trágica ladainha a memória boba se repete. A memória viva, porém, nasce a cada dia, porque ela vem do que foi e é contra o que foi. Aufheben era o verbo que Hegel preferia, entre todos os verbos do idioma alemão. Aufheben significa, ao mesmo tempo, conservar e anular, e assim presta homenagem á historia humana, que morrendo nasce e rompendo cria.

(Eduardo Galeano, 2002, em O Livro dos Abraços).

RESUMO

O presente estudo tem como temática central a educação política como estratégia para o controle social democrático do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Foi desenvolvido um estudo de natureza qualitativa, fundamentado pelo método materialismo dialético crítico, que buscou conhecer como se constituem as estratégias de educação política voltadas à população usuária do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), com vistas ao fortalecimento do controle social democrático do SUAS na região do Alto da Serra do Botucaraí. Os participantes deste estudo foram as equipes técnicas de quatro CRAS da região do Alto da Serra do Botucaraí e treze usuárias de dois CRAS da mesma região. A pesquisa utilizou em sua metodologia questionário, aplicado para as equipes de referência através da plataforma Google, e grupo focal realizado com as usuárias dos centros de referência. Diante de um contexto do avanço do capitalismo às políticas públicas, propor estratégias que venham contribuir para a defesa e permanência de direitos conquistados é essencial. Neste sentido, a educação política surge como estratégia para o controle social do SUAS, pois sendo o controle social instrumento de significativa importância para as políticas públicas e que tem como fundamento a participação popular, os sujeitos de direitos usuários da política de assistência social devem ocupar os espaços de controle social conscientes de sua importância nos processos participativos. Desta forma, por estarem dentro dos territórios de maior vulnerabilidade social, os CRAS são locais privilegiados para debater o controle social com seus usuários utilizando-se da educação política para processos formativos de massa crítica. Os resultados apontam que a educação política ainda não é uma realidade para as equipes de referência dos CRAS, mas é possível ser realizada, pois existem profissionais com conhecimento sobre a importância do controle social e uma população participativa que necessita de debates que despertem reflexões críticas. É preciso que usuários e profissionais construam juntos a educação política, que na atual conjuntura é possível, e urgente.

Palavras-chave: Educação Política, Controle Social, Sistema Único de Assistência Social, Participação.

ABSTRACT

The main theme of this study is the political education as a strategy for democratic social control of SUAS (Sistema Único de Assistência Social). A qualitative study, based on the critical dialectical materialism method, was developed to evaluate how the political education strategies directed at the user population of the Social Assistance Referral Center (CRAS) are constituted, with a view to strengthening democratic social control of the SUAS in the Alto da Serra do Botucaraí region. The participants of this study were the technical teams, from four CRAS of the Alto da Serra do Botucaraí, region and thirteen users of two CRAS from the same region. The research used in its methodology questionnaire, applied to the reference teams through the Google platform, and focal group performed with users of referral centers. Faced with an advance of capitalism the context of public policy, proposing strategies that will contribute to the protection and permanence of conquered rights is essential. In this sense, political education emerges as a strategy for the social control of SUAS, since social control is an instrument of significant importance for public policies and based on popular participation, users of social assistance policy must occupy the spaces of control of their importance in participatory processes. In this way, because they are within the territories of greater social vulnerability, CRAS are privileged places to debate the social control with its users, using political education for formative processes of critical mass. The results point out that political education is not yet a reality for CRAS reference teams, but it is possible to be carried out because there are professionals with knowledge about the importance of social control and a participatory population that needs debates that lead to critical reflections. It is necessary that users and professionals build together the political education, which in the current conjuncture is possible, and urgent.

Keywords: Political Education, Social Control, Sistema Único de Assistência Social, Participation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - A educação política para as equipes dos CRAS.....	33
Figura 2 - Um recorte do impacto do ataque à classe trabalhadora.....	37
Figura 3 - A participação para as equipes dos CRAS.....	39
Tabela 1 - Principais atividades, assuntos e discussões desenvolvidos nos grupos.....	43
Figura 4 - Uma palavra e vários significados; o GF para as participantes.....	46
Tabela 2 - Estratégias para fortalecer a participação dos usuários nos espaços de controle social.....	45
Quadro 1 - Os 10 direitos socioassistenciais do SUAS.....	62
Figura 5 - Quadro síntese das proteções sociais.....	63
Figura 6 - Quadro de atribuições do CRAS e órgão gestor municipal ou do DF.....	64
Quadro 2 - Conferências nacionais como formas de resistência.....	72

LISTA DE SIGLAS

CF (1988) - Constituição Federal

CAPES - Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRAS - Centro De Referência De Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

GF - Grupo Focal

LOAS - Lei Orgânica Da Assistência Social

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

NOB RH SUAS - Norma Operacional Básica De Recursos Humanos Do Suas

NOB SUAS - Norma Operacional Básica Do Suas

PAIF - Serviço De Proteção e Atendimento Integral à Família

PEP - Projeto Ético Político

PNAS - Política Nacional De Assistência Social

RIS – Relatório de Informações Sociais

SAGI - Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

SCFV - Serviço De Convivência E Fortalecimento De Vínculos

SUAS - Sistema Único De Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 CAMINHO METODOLÓGICO.....	19
2 EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA ESTRATÉGIA PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUAS?.....	24
2.1 A INTERLOCUÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA POLÍTICA: REFLEXÕES CONCEITUAIS.....	25
2.2 A BUSCA PELA EDUCAÇÃO POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL.....	38
3 CONTROLE SOCIAL: CONTRADIÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE	48
3.1 DA DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CONTROLE SOCIAL NO ESTADO BRASILEIRO: ALGUNS PERCURSOS PARA SUA COMPREENSÃO.....	49
3.2 O LUGAR DO CONTROLE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIA.....	59
4 CONCLUSÕES.....	75
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICES	
A - TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO.....	80
B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	82
C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	84
D – QUESTIONÁRIO.....	86
E - ROTEIRO PARA DESENVOLVIMENTO DO GRUPO FOCAL.....	88

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF 1988) trouxe em seu texto diversos avanços no campo dos direitos, sendo um deles, a participação da população em instâncias do controle social democrático nos conselhos de direitos das políticas públicas. Entretanto, sabe-se que em uma sociedade capitalista, tratar sobre esta temática é algo desafiador, assim como propor ações que venham a fortalecer o controle social democrático das políticas públicas brasileiras, tais como: saúde, educação e assistência social, sendo esta última o campo empírico que justifica a realização da pesquisa que se apresenta nesta dissertação.

A política de assistência social como se conhece hoje, nasceu de um amplo processo de debates e fortes resistências. Seu passado anterior à CF (1988), que se caracterizava por benevolência, assistencialismo, clientelismo e forte vínculo com a igreja, vem sendo superado com o avanço das legislações, consolidando a política de assistência social como garantidora de direitos sociais. Há ainda, conforme aponta Yazbek (2004) uma “imensa fratura” entre os direitos anunciados e o acesso da garantia dos mesmos para a população usuária, considerando a árdua e lenta trajetória da política de assistência social na sua efetivação enquanto política de direito.

Uma das grandes conquistas no campo da política de assistência social é a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) aprovada em 1993. A lei de número 8.742 LOAS é a base normativa que orienta as ações da política de assistência social e traz em seu texto importantes avanços, sendo um deles explicitado em suas diretrizes: a participação da população. Onze anos após a LOAS e resultando das demais reflexões e incansáveis mobilizações que buscavam o fortalecimento da política de assistência social, nasce no ano de 2004 a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que juntamente com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS)¹ apresentada em 2005 consolidam então o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que com a lei 12.435 de 2011 tem sua regulamentação institucionalizada.

No SUAS, o terreno desta reflexão, os sujeitos políticos do controle social vêm fomentando debates teóricos acerca da temática, pois acredita-se que estas instâncias de participação popular se apresentam como desafio para os trabalhadores que compõem o SUAS, os sujeitos de direitos reconhecidos como usuários que acessam o sistema, os

¹ NOB SUAS 2005 que é revista e regulamentada no ano de 2012.

conselheiros que compõem os conselhos de assistência social e demais atores sociais neste processo.

Com a consolidação do SUAS e sua implementação em todo o território nacional, outras instâncias tais como os equipamentos da Política de Assistência Social reconhecidos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais², passam a ter fundamental importância para assegurar o controle social. Estas instâncias apresentam-se para além dos conselhos de assistência social que são espaços formais onde se materializa o controle social, e somam força para este processo.

Quando se observa a PNAS em relação ao controle social, encontramos que o mesmo é “instrumento de efetivação da participação popular” (BRASIL, 2004) e também que “os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias somam força a esse processo” (BRASIL, 2004). Porém, se reconhece que este processo se constrói por movimentos contraditórios e interesses antagônicos, pois é no campo das políticas sociais que se materializam os interesses do capitalismo, e também, onde são materializados os direitos através da intervenção do Estado, situando que estes direitos são importantes conquistas da população brasileira.

Desta forma, neste percurso de aproximação com a temática foi realizada pesquisa bibliográfica³ que permitiu conhecer a forma como o controle social tem sido abordado no SUAS, assim como as principais discussões acerca da temática no âmbito desta política. As fontes consultadas foram os periódicos científicos localizados no Portal de Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES), e tiveram como período de tempo para a pesquisa os anos de 2004 até 2016, compreendendo a formulação da PNAS (2004).

Utilizando os descritores *controle social no sistema único de assistência social/controle social e política nacional de assistência social* encontrou-se o total de 80 resultados, sendo 44 referentes ao descritor controle social no sistema único de assistência social e 36 referentes ao descritor controle social e política nacional de assistência social.

²Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), responsável por estabelecer tipologias que buscam organizar a oferta dos serviços

³Artigo desenvolvido na disciplina de Metodologia da Pesquisa I junto ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Política Social e Serviço Social UFRGS, como requisito para obtenção de conceito e avaliação, no ano de 2016/1. Pesquisa bibliográfica realizada tendo como base Gil (2002).

A leitura dos achados permitiu observar que, por mais que tenham sido utilizadas as palavras sistema único de assistência social e política nacional de assistência social para as buscas, parte visível dos resultados se referia a discussão do controle social na saúde. Também se observam produções em relação ao SUAS e a PNAS, mas que não discutem na perspectiva do controle social. Considerando que os achados escolhidos para discussão seriam aqueles que abordassem o controle social no SUAS, apenas 5 estudos atenderam a este critério.

Os resultados apontaram que 4 dos 5 estudos apresentam suas discussões resultantes de pesquisas de campo, sendo estes quatro estudos teses e um artigo, que busca na pesquisa bibliográfica a fonte de suas informações. Os anos das publicações apresentados em linha do tempo crescente são de 2008, 2010, 2011, 2012 e 2013, percebendo que a primeira discussão se dá quatro anos após a regulamentação da PNAS (2004). Duas publicações são do estado do Rio Grande do Sul, duas publicações do estado do Paraná e uma publicação do estado de São Paulo. Também foi permitido verificar, após leitura dos achados, que todos os cinco estudos tem ligação com o Serviço Social, tendo sido desenvolvidos ou em Programas de Pós Graduação de Serviço Social, ou apresentando em sua pesquisa o assistente social sujeito presente no processo ou ainda contendo em seu conteúdo vinculação com a profissão.

Os resultados da pesquisa mostram primeiramente, o quanto a discussão do controle social é mais debatida no campo da saúde. Faz-se importante destacar que a política de assistência social, assim como a política de saúde, também tem uma história de lutas, resistências e entraves, buscando seu fortalecimento no cotidiano da construção do SUAS. Sendo assim, entende-se a importância de o controle social ser mais debatido e estudado junto ao SUAS, visto sua importância enquanto potente instrumento para a participação da população nas políticas públicas.

Os resultados também possibilitaram a percepção de que todos os cinco estudos possuem ligação com o Serviço Social, o que traz para a reflexão que a profissão de Serviço Social dado este contexto, mostra-se pioneira na discussão do controle social no SUAS. Isso pode estar interligado, dentre outros fatores, ao fato de que a profissão de Serviço Social é comprometida com o fortalecimento das políticas públicas, sempre junto a outras categorias e à frente de embates e debates sobre as políticas sociais, e ainda, forte comprometimento com seu Projeto Ético Político. De acordo com Yamamoto (2007) “O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a

materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social” (p. 77).

Desta forma, compreende-se o envolvimento do Serviço Social com a temática do controle social no SUAS, porém, refere-se a importância de que outras profissões também possam e devam estar propondo discussões neste sentido, visto que o SUAS conta com vários profissionais de distintas áreas do saber, conforme aponta a NOBRH- SUAS (2006).

Através de pesquisa bibliográfica foi possível analisar que o controle social tem sido abordado no SUAS em estudos que buscam fortalecer este instrumento junto da PNAS. São trabalhos que trazem ricos apontamentos sobre a temática e certamente, contribuem com a discussão do controle social que por possibilitar constitucionalmente a efetiva participação da população nos rumos das políticas públicas, assegurar de fato o controle social no SUAS apresenta diversos entraves para sua consolidação.

O SUAS, enquanto sistema recoloca a necessidade do controle social e da participação dos usuários para a sua efetiva implantação. Assim, a potência dos Conselhos e das Conferências como espaço privilegiado de construção da política retoma força na perspectiva do SUAS que reitera aquilo que já tem determinação legal a partir da LOAS. Esse é talvez o maior desafio nesse campo tão atravessado por falta de protagonismo de seus usuários e pelo uso clientelista dos recursos alocados. (COUTO, 2006, p.35).

Assim, os sujeitos de direitos reconhecidos como usuários do SUAS e os trabalhadores que compõem as equipes de referência dos serviços deste sistema, encontram-se desafiados a construir mecanismos para a consolidação da política de assistência social, além de terem de resistir aos desmontes atuais desta política pública que se materializam em claro retrocesso de direitos. Os trabalhadores do SUAS acabam percebendo o controle social, muitas vezes, “à parte” de seu cotidiano profissional e intervenções, o que nos leva a questionar o real significado atribuído pelos trabalhadores a este instrumento de participação popular e democrática.

Desta forma, a proposta de pesquisa emergiu dos questionamentos e da aproximação da mestranda enquanto assistente social trabalhadora com a realidade da política no miúdo do cotidiano profissional do SUAS há oito anos, mais precisamente nos anos de 2014 a 2016 junto a Proteção Social Básica do Centro de Referência de Assistência Social de Soledade (CRAS). Este CRAS localiza-se na Região do Alto da Serra do Botucaraí e possibilitou

contato, para além da realidade deste município onde houve atuação profissional, com os demais municípios da região⁴.

Assim, a vivência junto à política de assistência social fez perceber que a participação dos sujeitos usuários do serviço dentro dos equipamentos de assistência social acontecia apenas para desenvolvimento pontual de grupos/oficinas e outras atividades postas, o que não se mostrava suficiente para o fortalecimento do território e tão pouco, instiga a construção permanente do controle social que é primordial para acesso e garantia de direitos sociais, bem como, construção permanente da própria política. Ao contrário, pensarmos estratégias dentro deste contexto em que o controle social se efetive como um instrumento da participação popular torna-se essencial para que, nesta realidade de intensa luta pela manutenção, conquista e ampliação de direitos, os usuários possam protagonizar ao lado das equipes de trabalho, a construção desses espaços.

Neste sentido o cotidiano vivenciado levava a refletir sobre estratégias para o controle social dentro do espaço do CRAS, e considerando este contexto trazemos a ideia da educação política como categoria teórica a ser explorada neste estudo, que surge também como importante estratégia que pode possibilitar à população usuária dos serviços o desenvolvimento de reflexões acerca de suas realidades. São processos educativos que reconhecem esta população como sujeitos ativos na construção da política, capazes de alcançar por meio da informação no que concerne ao conhecimento de seus direitos, o protagonismo para o fortalecimento da política de assistência social.

Sem dúvida uma realidade instigante e que acabou mobilizando para a construção de um processo de investigação que teve como problema de pesquisa a seguinte questão: como se constituem as estratégias de educação política voltadas à população usuária do CRAS com vistas ao fortalecimento do controle social democrático do SUAS na região do Alto da Serra do Botucaraí no período de 2013 a 2016? Assim, o objetivo geral foi conhecer como se constituem as estratégias de educação política voltadas à população usuária do CRAS, com vistas ao fortalecimento do controle social democrático do SUAS na região do Alto da Serra do Botucaraí..

Para a realização desta pesquisa, questões norteadoras foram formuladas no sentido de direcionar os objetivos a serem alcançados no percurso investigativo, sendo estas: Quais os mecanismos de intervenção profissional com vistas ao fortalecimento do controle social

⁴ A Região do Alto da Serra do Botucaraí possui 16 municípios em sua região segundo dados do COREDE (2015). Mais adiante, no item dos Caminhos Metodológicos, serão apresentados os municípios.

democrático do SUAS são acionados pelos trabalhadores da equipe de referência dos CRAS da região do Alto da Serra do Botucará? Quais as experiências de participação que a população usuária vivencia junto ao CRAS e qual o entendimento de participação para estes sujeitos? Quais são as possíveis estratégias de educação política que buscam contribuir com a ampliação da participação e democracia na efetivação do controle social do SUAS?

Amparados nas questões norteadoras, surgem os objetivos específicos que são: Identificar quais os mecanismos de intervenção profissional com vistas ao fortalecimento do controle social democrático do SUAS são acionados pelos trabalhadores da equipe de referência dos CRAS da região do Alto da Serra do Botucará; Conhecer as experiências de participação vivenciadas pelos usuários do CRAS para a compreensão que estes sujeitos possuem destes processos, com vistas a garantia de seus direitos socioassistenciais; socializar possíveis estratégias de educação política para contribuir com a ampliação da participação e democracia na efetivação do controle social do SUAS.

A relevância científica desta caminhada investigativa pode ser reconhecida por meio da contribuição com o fortalecimento do SUAS, pois os resultados evidenciam a importância de estratégias de educação política para que haja o controle social democrático do SUAS, trazendo para este contexto o real vivido neste cenário e procurando apontar novos caminhos, trazendo a compreensão da realidade sob a luz da dialética, presente nesta pesquisa como fio condutor para as reflexões propostas.

Esta dissertação está organizada além desta introdução da seguinte maneira: o Capítulo “Educação Política: uma estratégia para o controle social no SUAS?” contextualiza a educação política apresentando seu conceito e também, como esta educação política pode propiciar uma efetiva participação da população usuária para um controle social democrático no SUAS. Também, discute-se a participação no controle social, refletindo acerca da importância da educação política para processos participativos que incidam para um controle social democrático. No Capítulo “Controle Social: contradições na contemporaneidade” aborda-se o controle social e as contradições do mesmo em uma sociedade capitalista de modelo neoliberal, iniciando com as raízes do controle social, perpassando pela sociologia e avançando na discussão, apresentando o mesmo enquanto importante instrumento para participação popular nas políticas públicas destacando o terreno desta reflexão, o SUAS, mas principalmente a contradição latente do controle social: instrumento para ser usado pela população e direito assegurado, mas também, instrumento do capitalismo para consolidar suas ações.

Por fim, as conclusões buscam refletir sobre a caminhada investigativa trazendo achados empíricos e teóricos, apresentando a educação política enquanto estratégia possível para o controle social democrático do SUAS.

1.1. CAMINHO METODOLÓGICO

A metodologia reflete as escolhas do pesquisador embasadas em sua visão de ser humano e de mundo. Assim, a pesquisa fundamentou-se no método materialista histórico dialético que está pautado no marxismo, corrente teórica em que se apresenta o entendimento sobre o modo de produção capitalista e seu impacto na sociedade dividida em classes, para Marx, a classe burguesa e a classe proletária. O método de Marx também prevê transformação social, portanto, o intuito principal de se pesquisar tendo esta referência para a caminhada metodológica é buscar a transformação social da realidade pesquisada. Além disto, é importante considerar que “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.” (GIL, 2008, p. 14).

Assim sendo, tratou-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa “responde a questões muito particulares”.

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitude, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.22).

O universo deste estudo foi formado pelos CRAS da região do Alto da Serra do Botucaraí⁵, os técnicos da equipe de referência⁶ que atuam nestes centros e também a população usuária dos serviços⁷ dos CRAS da mesma região. O período de 2013 a 2016 da

⁵ Municípios que compõem o Alto da Serra do Botucaraí de acordo com o COREDE Alto da Serra do Botucaraí: Alto Alegre, Barros Cassal, Campos Borges, Espumoso, Fontoura Xavier, Gramado Xavier, Ibirapuitã, Itapuca, Jacuizinho, Lagoão, Mormaço, Nicolau Vergueiro, São José do Herval, Soledade, Tio Hugo e Victor Graeff. Demais informações: População Total (2014) 104.771 habitantes, Área (2015) 5.761,7 km², Densidade Demográfica (2013) 18,1 hab/km, Taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) 10,79 %, Coeficiente de Mortalidade Infantil (2013) 12,72 por mil nascidos vivos.

⁶ A NOB/RH SUAS (2006) apresenta quais são as equipes de referência de acordo com o porte do município.

⁷ De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais os serviços do CRAS são o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

pesquisa compreendeu o tempo no qual uma gestão municipal desenvolveu seu trabalho, acreditando ser importante que a realidade pesquisada esteja situada neste período, contemplando os serviços desenvolvidos de forma constante por uma mesma equipe de referência, para que se possa ir ao encontro dos objetivos desta pesquisa de forma mais concreta, atentando ao problema já proposto.

O tipo de amostra foi a não probabilística de caráter intencional. Segundo Baquero (2008, p.136) “no caso de amostras não probabilísticas, cada unidade de análise da população não tem uma probabilidade igual de ser incluída na amostra”. Para Gil (2008, p.91) a amostra não probabilística “depende unicamente de critérios do pesquisador”. Neste estudo, entre os critérios para a amostra se considerou o porte dos municípios conforme orientações dos documentos do Ministério do Desenvolvimento Social⁸ (MDS), quais sejam: Pequeno Porte I e Pequeno Porte II. Na região do Alto da Serra do Botucaraí encontram-se municípios de Pequeno Porte I (até 20.000 habitantes) e Pequeno Porte II (município de 20.001 a 50.000 habitantes). Também em levantamento realizado através do Relatório de Informações Sociais (RIS), desenvolvido pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) do MDS, observou-se que cada um dos 16 municípios possui um CRAS (16 CRAS). Sendo que apenas um município responde ao porte II, para os demais, o que correspondeu a 15 municípios, foi realizado sorteio simples de 4 municípios.

Após, as coordenações dos CRAS foram contatadas para que consentissem mediante Termo de Anuência (Apêndice A), a participação das equipes de referências neste estudo, e após este contato com as coordenações quatro CRAS aceitaram participar desta pesquisa respondendo ao questionário com questões abertas e fechadas. O questionário (Apêndice B) esteve disponível on-line no mês de maio de 2017 na plataforma “Formulários Google” para que os profissionais das equipes de referência dos CRAS, mais precisamente os técnicos de nível superior participassem da pesquisa. O retorno dos questionários respondidos se deu em dez dias. Todos os participantes acessaram e concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C) como condição para proceder ao preenchimento do questionário.

⁸Até o mês de agosto do ano de 2016 tinha-se o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome), mas após o impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, com posse do Presidente interino Michel Temer, a partir da data referida passa-se a chamar MDSA (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário). Também a partir deste momento, o acesso aos documentos no site do MDSA está praticamente impossibilitado, visto que muitas legislações foram retiradas do ar. Posteriormente, o nome foi novamente modificado para MDS.

O questionário contou com identificação e dois blocos de perguntas abertas e fechadas: a identificação, a fim de reconhecer o perfil do profissional, e o segundo e terceiro blocos buscou desvelar quais mecanismos para o fortalecimento do controle social democrático do SUAS são acionados pelos trabalhadores da equipe de referência dos CRAS, com vistas se a educação política vêm contribuindo com o fortalecimento do controle social do SUAS.

A participação da equipe de referência com os técnicos de nível superior nesta pesquisa foi fundamental, pois é no trabalho que o exercício reflexivo se realiza diariamente e porque são estes profissionais que estão na coordenação dos serviços e em atendimento direto à população. Importante ressaltar ainda, que quando questionados no instrumento de coleta se houve a participação coletiva da equipe para responder ao questionário, a resposta foi afirmativa: *A equipe participou do preenchimento do questionário? SIM*. Esta resposta afirmativa faz parte de uma estratégia da pesquisadora para que pudesse observar se o trabalho coletivo faz parte deste cotidiano, assim como os processos participativos na própria equipe. Com relação às funções dos respondentes foram três profissionais assistentes sociais, sendo que dois destes estão em cargo de gestão, e um profissional da psicologia. Já o tempo em que atuam no SUAS são de respectivamente dois, seis e treze anos.

Com os resultados do questionário iniciou-se o tratamento dos dados por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2009) se fazendo possível vislumbrar se haviam experiências de educação política ou não nestes municípios. As categorias finais do processo de análise dos questionários foram controle social, participação e direitos sociais. A partir desta fase partimos para a realização dos Grupos Focais (GF) sendo que para isto foi definido: um município que possuísse experiência de educação política e outro que não possuísse nenhuma experiência, considerando como indicadores os tipos de participação instituídos no serviço para realização de seminários e encontros envolvendo usuários para discussão sobre seus direitos sociais; controle social e conferências; práticas coletivas de planejamento; monitoramento e avaliação dos serviços, bem como, abordagens coletivas com temáticas para formação cidadã. Como mais de um município respondeu ao critério de inclusão/exclusão da amostra (possuir e não possuir experiência de Educação Política), foi realizado sorteio simples.

Assim, as coordenações dos CRAS dos municípios foram previamente contatadas para agendar dia e horário dos GF. A escolha do GF como técnica de investigação qualitativa possibilitou a participação interativa entre os usuários que são os sujeitos coletivos de direito

que acessam o SUAS, propiciando um debate aberto e troca de experiências. Nos dias agendados para os GF os usuários foram primeiramente reunidos para serem apresentados aos objetivos da pesquisa e convidados a participar deste estudo, sendo a idade mínima para participação 18 anos. Em um grupo focal participaram cinco usuárias e no outro grupo focal oito usuárias. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi lido e entregue aos sujeitos participantes e apenas a partir da assinatura consentida dos mesmos, a pesquisa foi realizada.

Com os GF se conheceram as experiências de participação vivenciadas pelos usuários do CRAS para a compreensão que estes sujeitos possuem destes processos, com vistas à garantia de seus direitos socioassistenciais.

A duração do grupo focal foi de 30min a 45min, e foi seguido roteiro prévio (Apêndice D) que guiou as discussões propostas nos grupos. As narrativas foram gravadas e, posteriormente, realizada as transcrições e a leitura destas narrativas, quando foi possível a identificação das características essenciais das falas, assim como das categorias que emergiram deste processo. A categorização e análise dos dados se desenvolveram em três principais fases, sendo elas a pré-análise: organização e sistematização das ideias iniciais; exploração do material: refere-se fundamentalmente a atividade de codificação, decomposição e enumeração dos dados (categorização); tratamento dos resultados: interpreta e analisa os dados de modo a torná-los significativos e fiéis, interpondo inferências, interpretações descobertas. (BARDIN, 2009). As categorias finais do processo de análise dos grupos focais foram: participação, direitos sociais e informação.

Em relação aos aspectos éticos da pesquisa faz-se importante ressaltar que a proposta foi submetida à Plataforma Brasil e ao comitê de ética do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e apenas após a avaliação desta proposta, se iniciou o processo de pesquisar. A devolução dos dados acontecerá através da versão final deste estudo, e também, por meio de artigos científicos, bem como outras formas de socialização, em especial junto aos conselhos da política de assistência social. Assim, todos os sujeitos partícipes da pesquisa terão acesso aos resultados, e a proposta para divulgação destes será um seminário sobre as estratégias para o controle social democrático na Região do Alto da Serra do Botucaráí.

Faz-se importante ressaltar que os achados da investigação foram sendo apresentados ao longo da sistematização deste estudo, possibilitando assim enriquecer as reflexões teóricas e práticas articulando os fundamentos que subsidiaram a reflexão com aquilo que foram revelados pelas informações do questionário e as narrativas que emergiram dos grupos focais.

Concorda-se com Paulo Freire (2000, p.33) quando este diz “Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”

Neste sentido, apresentar os achados da pesquisa de forma dialética e ao longo da escrita fortalece o projeto de mundo no qual se acredita e contribui com a transformação de realidades a partir das falas daqueles que tem um grande conhecimento acumulado sobre o assunto aqui abordado: os sujeitos que vivenciam a realidade pesquisada.

2 EDUCAÇÃO POLÍTICA: UMA ESTRATÉGIA PARA O CONTROLE SOCIAL NO SUAS?

A educação política neste estudo adquire uma dimensão relevante na medida em que exige esforços para a realização de uma revisão bibliográfica que permita a elucidação do significado desta categoria e sua relação com a efetivação do controle social por meio de processos participativos e democráticos. Afinal, a educação política quando possível, pode contribuir com a formação de massa crítica em que sujeitos de direitos acionem as políticas sociais e possam por meio de suas organizações resistirem às violações da sociedade capitalista, conscientes do seu papel na transformação da realidade social.

Em um primeiro momento serão realizadas reflexões conceituais sobre educação e política, onde se destacam autores que subsidiam a discussão. As reflexões conceituais são essenciais, pois fornecem contribuições necessárias para o entendimento do que é a educação política e sua importância para o controle social do SUAS. Já para um segundo momento, reflete-se a participação para um controle social democrático, o que seria possível através da educação política. Desta forma, a busca por esta educação política como estratégia é base para a discussão proposta.

Neste capítulo, trazemos as narrativas que emergiram dos dois GF realizados com os usuários desta política, totalizando 13 participantes. Destacamos o perfil dos participantes destes GF: mulheres, moradoras do território de atendimento e abrangência dos CRAS, excluídas do mercado formal de trabalho, e, portanto se ocupam do trabalho informal (faxinas diárias, em sua maioria), que se encontram em situação de vulnerabilidade social por questão de renda principalmente. A vulnerabilidade social é entendida “não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária” (CRUZ; HILLESHEIM, 2016, p.301) e no campo das políticas sociais é situação na qual os recursos de determinada parcela da população são insuficientes, o que não possibilita alcançar maiores níveis de bem-estar (CRUZ; HILLESHEIM, 2016).

Ainda nas reflexões introdutórias deste capítulo, ressalta-se que o grupo focal pode ser usado como uma técnica que permite serem feitas observações e anotações do mediador no momento do grupo, e nestes GF se observou naquelas participantes um estranhamento à proposta de reflexão coletiva sobre a temática da participação, o que remete inicialmente a falta do exercício participativo naquele coletivo. As respostas dadas pelas participantes aos questionamentos feitos nos grupos foram breves, demonstravam certa “insegurança” das

usuárias ao se posicionarem no momento de responderem, remetendo a um possível sentimento de “medo” de que a pesquisadora fosse apontar que o que estavam dizendo estava errado. No entanto, apesar de não terem sido respostas extensas aos questionamentos propostos pela pesquisadora, as participantes possibilitaram importantes reflexões a partir de seus posicionamentos que revelam muito de suas realidades.

Os nomes utilizados para assegurar a identidade das usuárias serão de mulheres fortes que marcaram e marcam a história do Brasil e do mundo nos mais diversos cenários, e são elas: Amy Winehouse, Dandara, Elza Soares, Frida Kahlo, Malala Yousafzai, Maria da Penha, Mariele Franco, Nina Simone, Nise da Silveira, Olga Benário, Rosa de Luxemburgo, Simone de Beauvoir e Zuzu Angel. Sugere-se que quem não conhece algum destes nomes, ou nenhum deles, realize uma busca sobre estas mulheres para saber um pouco mais sobre a representatividade e protagonismo que as mesmas tiveram em determinados momentos históricos, e isto merece mais que uma breve nota de rodapé explicativa sobre cada uma.

2.1 A INTERLOCUÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA POLÍTICA: REFLEXÕES CONCEITUAIS

Para a compreensão de como educação e política se complementam, inicialmente algumas questões devem ser trazidas aqui. A palavra educação tem como entendimento, segundo Dicionário Aurélio (2008): 1 Conjunto de normas pedagógicas tendentes ao desenvolvimento geral do corpo e do espírito; 2 Conhecimento e prática dos usos da gente fina; 3 Instrução, polidez, cortesia. Já o termo política, de acordo com o Dicionário Básico de Filosofia (2001) encontra os seguintes significados

(lat.Politicus, do gr. Politikós) Tudo aquilo que diz respeito aos cidadãos e ao governo da cidade, aos negócios públicos. A filosofia política é assim, a análise filosófica da relação entre os cidadãos e a sociedade, as formas de poder e as condições em que este se exerce, os sistemas de governo, e a natureza, a validade e a justificação das decisões políticas. Segundo Aristóteles, o homem é um animal político, que se define por sua vida na sociedade organizada politicamente. Em sua concepção, e na tradição clássica em geral, a política como ciência pertence ao domínio do conhecimento prático e é de natureza normativa, estabelecendo os critérios da justiça e do bom governo, e examinando as condições sob as quais o homem pode atingir a felicidade (o bem-estar) na sociedade, em sua existência coletiva. [...] (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p.215).

Ao analisar os significados para ambas as palavras, percebe-se a importância da utilização destes termos em posturas na vida prática para além do que se conhece no

cotidiano. Para as participantes do grupo focal, a educação parece ter grande importância, conforme trazem em suas falas “Para mim educação faz parte e a gente tem que estar no meio da educação” (Frida) e “Se não fosse a educação para mim o ‘que que’ seria, né!” (Elza). A educação, como ideia geral do senso comum, está vinculada com educação formal, ou seja, processos formativos que incluem escola, universidades, ou ainda, outros espaços onde esta educação se dê de maneira mais burocrática.

Para Gohn (2010) o espaço formal “possui uma legislação nacional que normatiza critérios e procedimentos específicos” (p.22), já a educação não formal, esta que interessa para a presente reflexão “lida com outra lógica nas categorias espaço e tempo, dada pelo fato de não ter um currículo definido a priori, quer quanto aos seus conteúdos, temas ou habilidades a serem trabalhados” (GOHN, 2010, p.22).

Já a política, também para o senso comum, é processo que se dá apenas a partir de relações político partidárias, remetendo sempre o ato político a uma sigla de um partido. As frases “eu não gosto de política” ou “eu não discuto política” são ditas com frequência pela população e remetem ao entendimento de que política é um ato isolado vinculado apenas a discussões partidárias. Entretanto, a neutralidade não existe, visto que mesmo quando “não se participa da política” ou “não se fala de política”, está se incidindo sobre o processo político pendendo para um lado ou outro no sentido de já estar fazendo uma escolha.

Fiori (2014), que discute a política sob o viés da ciência política determina da seguinte forma: “a política como ação, como atividade humana, como práxis” (p. 123). Para Marx e Engels (2002) “é na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento” (p. 12). Teoria e prática são a unidade necessária para a compreensão e transformação da realidade, logo o entendimento dos sujeitos sobre política é fundamental. As participantes do grupo focal, ao falarem sobre educação e política ainda trazem: “Educação eu entendo. Política não entendo é nada” (Dandara).

As percepções sobre política são melhores visualizadas no seguinte questionamento *Quando vocês vêm ao CRAS para os grupos, o que é feito? Vocês falam sobre as necessidades sociais de vocês, sobre os direitos que possuem, sobre o território onde moram e sobre política?* As respostas mostram que a palavra política é atrelada unicamente a partidos ou siglas, conforme as falas que seguem: “Porque quando falam em política é um problema!” (Frida) “Cada um tem seus problemas, mas eu na minha vida desacreditei totalmente na tal de políticas, votação” (Amy) e “No meu caso eu sou de um partido e a assistência é de outro. Daí

não tem como, daí que eu não ganho nem uma cestinha, aí temos medo de falar de política” (Nina). Nesta última fala destaca-se a presença do paradigma assistencialista, pois “ganhar uma cestinha” não pode ser um favor, e sim um direito ao receber o benefício eventual de alimentação através de acompanhamento técnico da equipe do CRAS.

Se um direito como a alimentação é entendido enquanto favor, e se optar por um partido político diferente daquele que está na gestão dos serviços na figura de um secretário ou secretária de assistência social faz com que a usuária sintam-se receosa ao discutir política, faz-se ainda mais necessário refletir sobre as categorias educação e política reconhecendo suas articulações a partir de um viés crítico, buscando o seu entendimento para além do que está posto. Para isso é necessário que se possa desenvolver uma atitude filosófica, que segundo Marilena Chauí (2000), consiste em questionamentos e indagações acerca do que se mostra no real, ou seja, desenvolver criticidade para buscar o significado profundo das coisas, é tomar distância do objeto do questionamento para reflexão.

Ao tomar essa distância, estaria interrogando a si mesmo, desejando conhecer porque cremos no que cremos, por que sentimos, o que sentimos e o que são nossas crenças e nossos sentimentos. Esse alguém estaria começando a adotar o que chamamos de atitude filosófica. Assim, uma primeira resposta à pergunta “O que é Filosofia?” poderia ser: a decisão de não aceitar como óbvias e evidentes as coisas, as ideias, os fatos, as situações, os valores, os comportamentos de nossa existência cotidiana; jamais aceitá-los sem antes havê-los investigado e compreendido (ibidem, p.9).

Neste sentido, retoma-se a educação como ponto de partida que se propõe indagar. Refletir acerca da educação exige situá-la em um contexto sócio histórico buscando suas origens que perpassam educação popular e a educação como tem se apresentado hoje. Porém neste estudo, a educação será tratada a partir de seu entendimento através de um viés crítico que se contrapõe ao senso comum.

A educação, como refere o próprio dicionário, extrapola o espaço pedagógico e requer que seja um ato para além dos muros das escolas e universidades. Assim, educar não acontece apenas em salas de aula, mas no cotidiano da vida e nos espaços em que se ocupa indo ao encontro de conceitos tal como o de educação permanente, que pode ser dar no trabalho no âmbito das políticas públicas ou ainda na militância dos movimentos sociais. Segundo Fernandes (2016) a educação permanente é “princípio no qual se funda a organização de um sistema global, em diferentes momentos da vida, em tempos e espaços determinados” (ibidem, p. 92).

A educação permanente não se restringe a cursos formais de capacitação, dá-se na troca de conhecimento e debates propostos no âmbito de trabalho diário dos profissionais que atuam nas políticas públicas, e também, na relação dos mesmos com os sujeitos de direitos usuários dos serviços. Assim também a educação pode ser percebida de maneira não formal, atentando ao fato de que educar é também educar-se, ou seja, há uma troca de saberes quando a educação visa à libertação, e se libertando supera-se a opressão. Conforme Paulo Freire (1987):

Esta superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas. Se se faz indispensável aos oprimidos, para a luta por sua libertação, que a realidade concreta de opressão já não seja para eles uma espécie de “mundo fechado” (em que se gera o seu medo da liberdade) do qual não pudessem sair, mas uma situação que apenas os limita e que eles podem transformar, é fundamental, então, que, ao reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenham, neste reconhecimento, o motor de sua ação libertadora (p.23).

Para libertar é preciso aprender, e aprender requer uma relação horizontal entre aquele que ensina e aquele que aprende o que fala e o que ouve. Assim, acredita-se que o espelhamento compreendido como a base da organização da classe trabalhadora, neste contexto discutido a partir de Karl Marx (1996) em sua obra “O Capital” se apresenta como fundamental quando se pensa em educação. Para Marx, a tomada de consciência resulta do processo de luta, que só é possível quando reconhecemos no outro o comum, o que nos torna igual ao outro. Logo, um trabalho desse cunho é possível através de atos educativos que se dão a partir do espelhamento, onde a educação é processo fundamental para a superação ou não do sistema posto, e por este motivo, pode ser vista de forma estratégica para que as massas reconheçam e dominem os mecanismos de reprodução é essencial.

Assim, com o entendimento sobre a educação, passa-se para a discussão de política. Aristóteles (2011) em sua notória obra “A Política” onde discute política a partir das cidades e suas formas de governo já disse que "o homem é por natureza um animal político". É necessária então a indagação: para quem é esta política? Seria apenas para o senhor burguês ou estende-se para todas as classes? Parte-se do entendimento que política é um ato e que todos somos seres políticos, assim, a mesma é inerente ao ser humano. Política mostra-se a capacidade do ser humano em debater/dialogar e ser político é manter postura de ser ativo na sociedade, participando da vida em comunidade e propondo melhorias ou não, de acordo com a realidade que se vive. Portanto, contrapondo Aristóteles, a política pode e deve estender-se para todas as pessoas e todas as classes, e de forma fundamental, para a classe trabalhadora.

É importante trazer para esta reflexão o conceito de politicidade conforme tratado por Fiori (2014):

É a direção não passiva, como a direção das estrelas mecanicamente determinada, mas ativa, consciente (embora num estado ainda larvário, na consciência primitiva) e racional do processo da intersubjetividade, ou do processo da socialização. Como já disse, ainda há pouco, se é direção é direção em vista de algo[...] (p. 141).

Entende-se esta direção como fundamental para pensar o controle social entrelaçado à educação política, pois o que se busca neste processo é a não passividade e posturas conscientes e racionais quanto ao entendimento de direitos e políticas sociais com direção daquilo que se quer alcançar neste contexto, o que remete então ao pensamento de Marx (1996). O que diferencia o animal ser humano dos outros animais é nossa capacidade teleológica. Conforme aponta Marx (1996):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto idealmente (p. 298).

Neste sentido, se retoma a capacidade de intencionalidade provocada por Marx (1996), de sermos seres intencionais e na política, assim como no processo de trabalho, ao chegar ao fim já se sabia qual seria este no início. Deste modo havendo uma postura política sabe-se qual o fator intencional de nosso ato. Assim, a tomada de consciência para que haja transformação a partir de um ato político mostra-se também como uma construção. Construção esta que se dá a partir das experiências que somos capazes de viver e no fazer-se classe trabalhadora conforme discute Fernandes (2016), que traz a reflexão de que o trabalhador é produto das circunstâncias sociais nas quais está inserido, mas que, sobretudo, pode resistir aos cenários de desmonte de direitos e demais situações que restringem a capacidade de suas intervenções não perdendo o sentido de transformação social.

Tendo como base a discussão até aqui proposta, pode-se ter a noção inicial de educação política como “processo para formação de uma população crítica”, mas, o que seria a “crítica” neste contexto? De acordo com o Dicionário Básico de Filosofia (2001) o termo crítica no grego Kritiké significa a arte de julgar. Além disto, pode-se dizer que é:

1. Juízo apreciativo, seja do ponto de vista estético (obra de arte), seja do ponto de vista lógico (raciocínio), seja do ponto de vista intelectual (filosófico ou científico), seja do ponto de vista de uma experiência ou de uma conduta. 2. Atitude de espírito que não admite nenhuma afirmação sem reconhecer sua legitimidade racional. Difere do *espírito crítico*, ou seja, da atitude de espírito negativa que procura denegrir sistematicamente as opiniões ou as ações das outras pessoas. 3. Na filosofia, a crítica possui o sentido de análise. [...]. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001, p.59).

Crítica advém da atitude filosófica, não um apontamento ao que dá certo ou errado, vai além, é reconhecer o espaço que se ocupa, de onde se fala, e propor debate a partir da realidade vivida. Parte-se do pressuposto de que não se pode propor diálogo do que não se conhece, é preciso conhecer para transformar. Ainda, Educação e a Política sempre estiveram totalmente articuladas, visto que para que uma seja efetiva necessita-se da outra, e para que haja fortalecimento do controle social no SUAS a educação política além de estratégia, é desafio, considerando as contradições existentes para a efetivação do controle social em uma sociedade capitalista. Ao discutir educação, Mészáros (2008) propõe importante reflexão ao que se entende como um dos propósitos da educação política: romper com a ordem social vigente. Assim:

A grande questão é: o que aprendemos de uma forma ou de outra? Será que a aprendizagem conduz à autorrealização dos indivíduos como “indivíduos socialmente ricos” humanamente (nas palavras de Marx), ou está a serviço da perpetuação, consciente ou não, da ordem social alienante e definitivamente incontrolável do capital? Será o conhecimento o elemento necessário para transformar em realidade o ideal de emancipação humana [...] (ibidem, p.47).

A educação política se constrói na dinâmica das relações sociais existentes na sociedade capitalista, que contraditoriamente cria espaços de controle social e ao mesmo tempo dificulta a participação da população e a tomada de decisões por parte dos sujeitos, tampouco incitando a consciência política. Benevides (1996) em seu estudo “Educação para a Democracia (EPD)” traz um conceito que vai ao encontro do que se pretende com a educação política para consolidação do controle social democrático:

[...] A EPD consiste na cidadania ativa, ou seja, a formação para a participação na vida pública. Isso significa participar como cidadão comum ou como governante. A educação não consiste apenas no processo social que permite ao indivíduo, enquanto governado, ter conhecimento de direitos e deveres e deles dar conta com escrupulo e inteligência - mas sim capacitar a todos para a posição de governante em potencial (Calvez). Essa educação tem uma metodologia própria, cuja estrutura é dada pelas regras da argumentação, com sua lógica própria, bem diversa da lógica da demonstração científica (p.4).

A autora traz como lócus primordial para a educação para a cidadania as escolas, e no contexto aqui discutido a educação política que se assemelha com a educação para a democracia, tem como principal lócus os espaços não formais de educação, tais como os CRAS no âmbito do SUAS, mas também podemos inserir aqui os sindicatos, os movimentos sociais e as militâncias, enfim, espaços em que a classe trabalhadora possa vir a se organizar para vivenciar experiências educativas por meio da construção de estratégias de enfrentamentos das formas de violação de direitos, entre outras lutas.

Tal trabalho de estimulação de sentimentos, de mobilização do afetivo, no entanto, é inócuo, caso seja feito por simplórios discursos moralistas. Só uma educação política, com claros fundamentos teóricos, permite dar existência a outros personagens que, com maior habilidade, propor-se-ão a buscar uma vida mais socializadora. Abrem-se, então, as portas para a volta da intencionalidade que nos faz homens: a intencionalidade para construir uma humanidade livre de suas determinações atuais. Assim, parodiando Lenin (1980), diríamos que, caso acordemos da sonolenta empatia, podemos dimensionar a tarefa incrível que nos colocamos para o amanhã (NAGEL, 2017, p.144).

Entretanto, as reflexões de Nagel (2017) requerem o reconhecimento das contradições da sociedade capitalista que inculca a lógica da competição e do individualismo, e ainda da culpabilização dos sujeitos pelas situações que vivenciam neste contexto societário em que a sociabilidade burguesa prevalece. A criminalização das lutas políticas não é algo novo, apenas se diferenciam historicamente e socialmente, mas são as mesmas forças do Estado que agem para defesa dos patrimônios e manutenção da produção e reprodução do capital. Cabe então, ao Estado Social o “papel de mediador para que as desigualdades sociais não se ampliem de tal modo a ferir os direitos de todos ao acesso a um mínimo razoável da riqueza social” (TONET, 2013, p.90).

Desigualdades estas “determinadas historicamente” (DILLENBURG, 2016, p. 74) e sendo parte da sociedade capitalista “a desigualdade econômica provém da apropriação privada da mais valia, isto é, o valor produzido pelo trabalhador durante a jornada de trabalho que ultrapassa o valor de sua própria força de trabalho” (ibidem, p. 75). Para Dillenburg (2016) esta compreensão é fundamental para superarmos a ideia errônea da desigualdade econômica e, conseqüentemente, a social “como algo derivado da forma pela qual a riqueza é distribuída” (p.76), pois para o autor não “é possível superar as desigualdades econômicas e sociais de um modo geral por meio da mera distribuição da riqueza” (p.76).

É então neste contexto que o Estado Social e, portanto capitalista, parafraseando Boschetti (2016), tem como primazia a provisão de um conjunto de políticas sociais, o que significa reafirmar que essas “são conquistas civilizatórias que não foram e não são capazes de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas instituíram sistemas de direitos e deveres que são combinados com a instituição de tributação mais progressista e ampliação do fundo público” (ibidem, p. 25).

Ainda sobre este Estado, Tonet (2013) refere que ele sozinho “não anula e não pode anular a desigualdade social, mas que ele é uma expressão desta e condição indispensável de sua reprodução” (p.132). Assim sendo reconhecemos a constante indefinição do aperfeiçoamento da vida social e da esfera pública que é limitada por natureza

quer dizer, ela não está aberta a um aperfeiçoamento indefinido, por que sua origem e sua função social não advêm dela própria, mas dos antagonismos existente na sociedade civil. Por isto mesmo, a ação do Estado frente às desigualdades sociais jamais poderá de ser paliativa (ibidem, p.133).

Faz-se importante abordar neste contexto como o Estado representado nos espaços que propiciam a participação tem tratado sobre os direitos sociais em meio a um cenário de agudização das desigualdades. Retoma-se então o questionamento *Quando vocês vêm ao CRAS para os grupos, o que é feito? Vocês falam sobre as necessidades sociais de vocês, sobre os direitos que possuem, sobre o território onde moram e sobre política?* As usuárias revelam como os espaços que propiciam a participação são utilizados “Eu, não! se eu tenho que falar, eu falo direto, falo com as gurias” (Frida) e “Não! Nas oficinas, não tem a ver com as coisas de casa, né. Se precisar, fala direto com as gurias” (Amy).

As falas destacadas apontam uma importante questão para se refletir mobilização e direitos sociais: fortalecer o debate coletivo. Nas atividades dos CRAS deve-se também discutir “as coisas de casa” como diz Amy, pois é no coletivo que estas demandas podem se reconhecer e buscar força para que sejam solucionadas. Mas há também aquelas que aproveitam o grupo para trazerem a demanda no coletivo, mas não são ouvidas assim como Nina, que apresenta sua demanda mostrando uma das faces da desigualdade social daquele território “A gente fala que lá na minha casa está molhando dentro e não foi resolvido.” Duas outras usuárias seguem coro com Nina, reafirmando a situação de vulnerabilidade social em que se encontra: “E ela precisa, tá!” (Nise) e “Cai ou não cai” (Olga) - referindo que a casa de Nina está quase caindo-.

Entendemos que essas são premissas que dão consistência ao lastro teórico para compreensão sobre a desigualdade social, sobre as contradições para distribuição da riqueza social, assim como, para a discussão sobre a importância da educação política no contexto atual, pois:

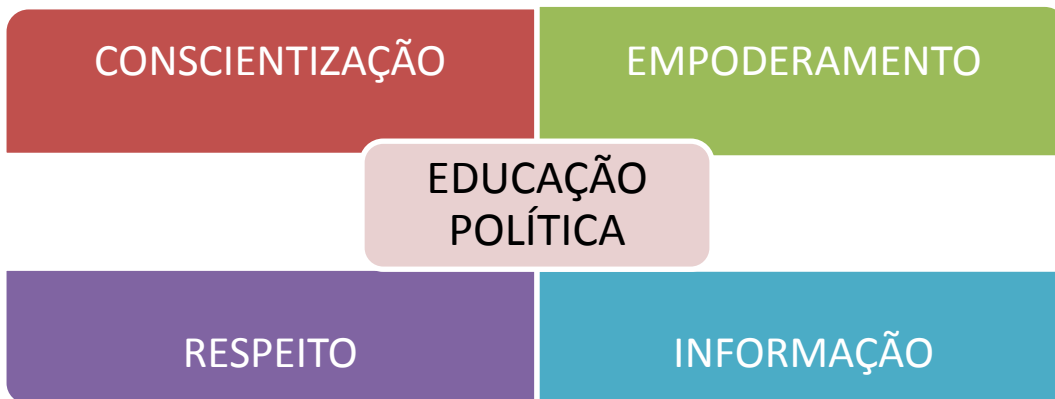
Alterar o padrão de desigualdade não significa superar a desigualdade, mas provocar a redução das distâncias entre rendimentos e acesso aos bens e serviços entre as classes. Embora com imensas disparidades entre os países do capitalismo central e periférico, o desenvolvimento de políticas sociais passou a ser uma tendência geral das sociedades capitalistas (BOSCHETTI, 2016, p.25).

É então esta sociedade desigual que para muitos é considerada como algo natural, que também se produz o comportamento individualista cuja ordem é cada um por si, ficando cada vez mais difícil travar lutas coletivas se no dia a dia não se tem organização nos espaços de trabalho e onde se estabelece relações sociais. Para Nagel (2017):

Interessante lembrar que, ao desativarmos as lutas políticas em benefício do conjunto de homens, essa forma expressiva desencadeada pelo desinteresse pela vida do outro é capaz de desativar, até mesmo, o simples desejo de educar. Considerando que a valorização do ato de educar expressa a escolha de ações, atividades, tarefas, planos direcionados a um sujeito que se pretende formar, se esse sujeito nada me diz, não tem importância para mim, ou se não o considero relevante, o processo pedagógico se desmancha no ar, mantendo-se apenas como discurso vazio (p.143-144).

Desta forma, buscando significados nos discursos dos sujeitos para consolidar atos educativos transformadores reporta-se aos achados da pesquisa, onde as equipes dos CRAS respondentes do questionário quando perguntadas *Para você, o que é Educação Política em uma palavra?* Trazem seu entendimento conforme a Figura 1:

Figura 1: A educação política para as equipes dos CRAS.



Fonte: Sistematizado pela autora com base no instrumento de pesquisa.

Para as equipes dos CRAS o entendimento de educação política perpassa pelo *respeito*. O respeito enquanto valor moral precede a ética que é categoria importante, pois “a reflexão ética consiste na reflexão sobre o modo de ser constitutivo do homem como sujeito ético, ou seja, sujeito racional capaz de escolher valores e ações que conduzam à liberdade, entendida como um bem” (REIDEL, 2016, p. 108). Assim, o respeito ao usuário só pode ser possível se a ética se fizer presente no cotidiano do trabalho na política de assistência social, como também podemos relacioná-lo ao cumprimento dos direitos socioassistenciais já citados neste estudo, afinal, respeito em um viés ético também é acesso para garantia de direitos.

O *empoderamento* neste contexto é sobre o conhecimento adquirido no processo do entendimento crítico a partir da reflexão, pois quando se entende a realidade vivida através da educação política, o próprio sujeito coletivo tem poder para transformar sua realidade. Aqui cabe lembrar a CF (1988) que traz claramente que “todo poder emana do povo” (BRASIL, 1988). Por outro lado, o termo empoderamento em sua origem inglesa refere-se a dar poder, delegar autoridade para participação e decisões, mas utilizando-se do conceito de Gohn (2004), nas políticas sociais o empoderamento remete-se ao processo de “mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades - no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas (material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social)”(p. 23).

Entretanto é preciso reconhecer que é por meio do empoderamento que se conhece a realidade vivida, fazendo-se possível a *conscientização* que estaria relacionada ao despertar provocado por processos reflexivos, quando o sujeito não apenas enxerga a realidade que o

rodeia, mas tem o entendimento crítico dos acontecimentos que impactam a sua vivência. Para Freire (2001), que discute esta categoria relacionando a conscientização aos processos educativos destaca-se que “[...] Por isso mesmo a conscientização é o olhar mais crítico possível da realidade, que a des-vê-la para conhecê-la e para conhecer os mitos que enganam e que ajudam a manter a realidade da estrutura dominante” (p.33). Freire traz que os dominantes mistificam a realidade para que a população não desenvolva o pensamento crítico, assim conscientizar para desmistificar através de processos educativos junto aos sujeitos é imprescindível.

Como uma das importantes estratégias para *conscientizar*, a *informação* também trazida pelas equipes dos CRAS enquanto importante palavra para o conceito de educação política perpassa todo o processo desta educação, pois é apenas através de ações informativas que os sujeitos de direitos irão despertar o conhecimento necessário para que o caminho da reflexão crítica chegue às transformações que de fato, incidam em mudanças advindas de posturas políticas. Na PNAS (2004) a informação é um direito: “Direito à informação sobre o funcionamento dos serviços, enquanto direito primário do cidadão, sobretudo àqueles com vivência de barreiras culturais, de leitura, de limitações físicas” (BRASIL, 2004, p.24). A população usuária tem o direito a ter acesso a todos os processos que perpassam os CRAS, por exemplo, desde quantos atendimentos são realizados ao quanto se gasta de verba federal com os grupos. Porém, é preciso que se criem condições efetivas de participação fortalecendo o protagonismo dos usuários nestes processos, para que o direito a informação seja garantido.

Também, o acesso à informação dá-se através de diversos canais de mídia que se utilizados para fins políticos, com debates e reflexões que vão ao encontro da realidade da população são grandes aliados da educação política. O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) divulgou em sua página na internet um estudo do ano de 2018 sobre “Quem comanda a mídia no Brasil” que traz interessantes dados para pensar como tem sido o acesso à informação nas grandes mídias. Outro canal importante onde estas discussões são adensadas são os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) junto as Comissões de Comunicação.

O entendimento de educação política para as equipes dos CRAS apresenta quatro elementos –conscientização, respeito, empoderamento e informação- que se juntos na perspectiva de fomentar debates e reflexões críticas junto à população, podem resultar na emancipação política. Tonet (2013) faz uma relevante discussão diante da efervescência das lutas de classe em movimento contra as mais perversas consequências de um modelo de sistema social que ao mesmo tempo em que desenvolve uma enorme capacidade de produzir

riqueza, produz também desigualdade submetendo a classe trabalhadora e a grande maioria da população em situações de violações de direitos de toda ordem. Neste contexto a emancipação política emerge como sendo uma forma de conquista e de defesa de direitos que deveria ser parte dos objetivos daqueles que trabalham com e nas políticas sociais.

Ainda para Tonet (2013) é preciso distinguir as diferenças essenciais entre emancipação política que diz respeito à cidadania, e a emancipação humana que esta imbricada com a liberdade humana. São compreensões fundamentais para a atividade educativa. Por isto no trabalho no âmbito dos CRAS como a referência dos sujeitos que participam desta investigação, a reflexão sobre os direitos é fundamental para a perspectiva da emancipação política.

A emancipação política se dá através da participação política, que segundo Fantinel (2016) foi negada por muito tempo para a população brasileira. “Ao examinar-se a sociedade ao longo do tempo, viu-se que, historicamente, a participação foi negada ao povo brasileiro, com modificações impostas, na maioria das vezes, ‘de cima para baixo’” (ibidem, p. 26). A busca pela emancipação política se torna processo que requer aprendizados onde principalmente, a população possa sentir-se fortalecida para o debate com aqueles que detêm o poder no tocante a decisões que dizem respeito à conquista e manutenção dos direitos da sociedade brasileira.

O brasileiro, em geral, não tomou a iniciativa de participar da política, mas sim foi chamado a fazê-lo, por determinação de uma elite que sequer tinha noção de suas reais demandas. Alia-se a isso a construção social no Brasil, que se fez de forma profundamente desigual, e, por sua natureza, tende a perpetuar as desigualdades – como a relação que foi estabelecida desde o período colonial com a propriedade privada e com a produção (latifúndio, monocultura e escravidão) (FANTINEL, 2011 p. 26).

Portanto, é fundamental compreender a educação política entendendo que para acessá-la é necessário ter na base de sua construção informação acerca da política como atitude que faz parte da vivência diária, deixando claro que discutir política partidária perpassa por um ato político e que, para que se possa romper com as desigualdades numa perspectiva de transformação social reconhecer que ainda a burguesia dita às regras de como vai ocorrer a participação dos trabalhadores é essencial, e apenas através de estratégias como a educação política, espaços ricos como o controle social podem ser ocupados para que o coletivo se fortaleça e a voz da classe proletária que é a maioria seja ouvida e concretizada em ações.

Em se tratando do cenário social e político do Brasil desde o processo de impeachment da presidenta eleita pelas eleições democráticas Dilma Rousseff (janeiro de 2014 a agosto de 2016), organizado por segmentos de partidos políticos que representam o posicionamento da política de direita e também, representantes do pensamento conservador do congresso, e conseqüentemente, a partir da posse do Presidente interino Michel Temer (2016-2018) muitos têm sido os cortes e destituição dos direitos que atingem diretamente a classe trabalhadora e as políticas sociais já conquistadas, como por exemplo, a reforma trabalhista, conforme o enunciado na figura 5.

Figura 2: Um recorte do impacto do ataque à classe trabalhadora.

O balanço trágico dos seis meses de 'Reforma Trabalhista'



"Reforma Trabalhista" do governo Temer já causa estrago aos mais pobres. Seis meses depois, lei vendida como "moderna" castiga trabalhadores mais precários e pior remunerados. Comércio, construção civil e limpeza são setores mais atingidos

Fonte: PRAGMATISMO POLÍTICO, 2017.

Poder construir estratégias para que a população não mais permita este tipo de ataque tem sido questão de sobrevivência, visto que no ano em que se conclui este estudo se acompanham notícias onde se matam mulheres, indígenas e crianças como há muito não se via, em resumo, quem "paga a conta" é a classe trabalhadora, conforme se vê na Figura 5.

A onda conservadora unida ao sistema capitalista quer aquietar a população, fazê-la de refém e submissa aos desejos deste sistema. Por outro lado, se tem trabalhadores e trabalhadoras com potencial para que através de ações educativas na perspectiva da autonomia e reflexão crítica, despertem para que possam reconhecer que a burguesia torna-se mais forte às custas da classe trabalhadora. Por isso, a participação no controle social é essencial, conforme o próximo item de discussão desta dissertação.

2.2 A BUSCA PELA EDUCAÇÃO POLÍTICA: PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Como já citado neste trabalho, a participação popular é diretriz que integra as políticas sociais previstas na CF 1988 e, além dela, a descentralização política administrativa que se operacionaliza através do chamado CPF: os conselhos de controle social democrático, o plano e o fundo da política de assistência social, considerando que esta diretriz e sua operacionalização endossam a discussão da participação. Entretanto, sabemos que a participação popular não se dá por decreto, ou somente por que há uma normativa que a rege, ao contrário a participação popular é construída socialmente conforme a mobilização e consciência política e de classe que uma nação ou população possua. Conforme Rauber (2004):

La participación y la conciencia de los pueblos no pueden alcanzarse instantaneamente ni por decreto. Hay que construir el actor social colectivo – su conciencia, organización y propuestas, y esto supone procesos yuxtapuestos y múltiples e auto-constitución y auto-constitución colectiva, hacia la (auto) constitución del actor colectivo capaz de pensar y realizar las transformaciones, La acción, o suceso, o manifestación, o fenómeno político social de que se trate en cada momento. Y esto requiere tiempo (p.186).

Isto posto, o tempo trazido por Rauber (2004) refere-se à construção histórica que está também na cultura de um povo, de um grupo, ou ainda da classe trabalhadora. Participação que só existe se vivida, sentida, e se apresenta como um ato de sujeitos dotados de consciência de que não bastar estar é preciso participar, criando as condições para o exercício da democracia. Entendemos que o trabalho é um lócus de organização e participação e para os trabalhadores este ambiente é também estratégia para a mobilização, mesmo sendo também o espaço de super exploração do capital. Por isto nesta pesquisa, a participação é elemento primordial para pensar educação política, sendo esta uma discussão realizada nos grupos focais, assim como nos questionário pelas equipes dos CRAS quando responderam *Para você, o que é participação em uma palavra?* Assim:

Figura 3: A participação para as equipes dos CRAS.



Fonte: Elaborado pela autora com base no instrumento de pesquisa.

A partir do que trouxeram as equipes dos CRAS, a participação é também *envolvimento*, para haver processos participativos eficazes todos os atores sociais devem estar envolvidos neste processo, não apenas os usuários, mas também a equipe técnica, e para que os mesmos estejam envolvidos em busca do comum que os une, a *inclusão* no tocante a participação é fundamental, pois somente quando os usuários são incluídos em atividades a participação ocorre. Mas não basta apenas incluí-los, é preciso que os mesmos sintam-se incluídos e parte disto. Por isso, não se pode compreender atividade unicamente vinculada a grupos ou oficinas de artesanatos, mas em demais momentos nos CRAS como ouvir a população para organização do que será tratado em cada grupo, por exemplo, e também podendo incluir os mesmos nas reuniões do conselho municipal de assistência social. Os usuários devem protagonizar junto às equipes as discussões sobre participação e o campo da assistência social é fértil neste sentido. Contribuindo com esta reflexão Raichelis (2011) traz que:

No entanto, as ações assistenciais não podem ser analisadas numa única direção, uma vez que desencadeiam diferentes respostas dos sujeitos envolvidos: podem gerar conformidade e passividade, mas também revolta, resistência e abertura de novos caminhos. É exatamente aí que reside a dimensão contraditória da assistência social e seu papel emancipatório, se colocada como estratégia de reforço da ação protagonista da classe trabalhadora (p. 160).

Assim, a *voz* neste contexto de participação busca a classe trabalhadora como protagonista, e deve possibilitar aos usuários da política de assistência social contribuir efetivamente na construção do SUAS através dos grupos e atividades, inclusive nas conferências municipais de assistência social e pré conferências. Reafirmando o papel fundamental do Serviço Social neste contexto, Yazbek (2014) diz:

Outro aspecto de nosso trabalho é apoiar as resistências cotidianas das classes subalternas em nossa sociedade. Conforme Boaventura de Sousa Santos informa que as rebeldias tem que se encontrar a partir de baixo, da participação de todos, de todos os dias, substituindo relações de poder por relações e responsabilidades partilhadas. É quando nos referimos às relações de poder, não podemos excluir as relações dos profissionais com a população. É o poder das triagens das elegibilidades, das governabilidades, das concessões dos laudos, das visitas controladoras, das definições de quem fica e quem não fica de quem pode participar de um programa etc (p. 687).

Apesar de abordar o Serviço Social, a reflexão de Yazbek (2014) pode ser estendida a todos os profissionais do CRAS, as relações da equipe com a população devem ser de responsabilidades partilhadas e não de poder, conforme ressalta a autora. Salienta-se também que a voz deve ser com objetivo prévio, ou como diz Marx (1986), a voz deve ter intencionalidade que será construída através de momentos como o da educação política.

Já a *efetivação* se daria através da articulação através de ações das demais palavras citadas pelas equipes do CRAS: *envolvimento, inclusão e voz*. Para estas equipes está claro o que é a participação ativa que possibilita, dentre outras coisas, processos formativos que incidam no acesso e garantia de direitos, destacando o acesso ao controle social democrático. Afinal, conforme Raichelis (2011):

[...] Ainda que incipientes, as experiências de programas de assistência social que estimulam a participação popular na sua gestão e implementação, colocando-se como apoio às lutas populares, deslocam as ações assistenciais do plano da ajuda e da tutela para o plano da cidadania e dos direitos (p. 160).

Se as equipes dos CRAS de fato acreditam que a participação resumida em uma palavra seja o que trouxeram no questionário, o plano da cidadania e dos direitos se fortalece a cada dia nos centros de referência, o que impacta no próprio SUAS.

No entanto, para os grupos focais a participação tem outros significados. Inicialmente quando perguntadas sobre *O que é participação para vocês?* Duas respostas dizem muito de como os usuários e usuárias se reconhecem nos processos participativos “É estar presente no local onde foi designado a pessoa participar.” (Frida) e “Muito bom a gente está onde a gente é chamado” (Amy). As falas mostram que a participação é processo de fora para dentro, ou seja, apenas quando solicitados os usuários participam e não se reconhecem como protagonistas neste processo. Atrélam o participar às atividades de artesanato dos grupos constantemente, conforme mostra Nina “É quando a gente se ajunta para fazer certas

coisas, daí a gente vem de bom coração, tudo e faz com as pessoas tudo o serviço que nem agora nós temos nesses grupos, mundarel de tempo, a gente vem”.

Estas atividades se utilizadas como um meio e não como fim, sendo meio de forma que nestes momentos se possa de fato ocorrer um grupo com acompanhamento técnico que discuta a política de assistência social e proponha dentre outras questões, debates sobre o território onde vive a população. Porém, o que fica visível é que estas atividades são fim, no sentido que começam e terminam nelas mesmas, são aprendizados de artesanato ou outras atividades, que quando ocorrem sozinhas não fortalecem a coletividade e tão pouco, contribuem na perspectiva política de reflexão.

A perspectiva política de reflexão deve ser incitada, e a equipe tem papel fundamental neste sentido. Sobre se o serviço social ou a psicologia acompanham as atividades a resposta é unânime “Não!”. O que também se evidencia, é que a equipe técnica não participa das oficinas, o que é preocupante visto que não há então o acompanhamento deste momento conforme preconizado na política e seus documentos, como nas Orientações Técnicas dos CRAS (2009) e demais instruções do SCFV (2017).

O acompanhamento é primordial, pois os técnicos neste momento conduzem as atividades ao seu objetivo fim, que podem vir a ser no tom de reflexões acerca dos direitos e território, por exemplo. Cabe ressaltar como se dá a inserção destes profissionais nos espaços dos CRAS. É preciso ter conhecimento sobre a legislação que embasa a política de assistência social, bem como, clareza do que se busca enquanto resultado de cada intervenção realizada para que as atividades possam ser conduzidas com tom de acesso e garantia de direitos.

Para tanto, deve-se também considerar a formação destes profissionais, com enfoque para as profissões de psicologia e serviço social participantes deste estudo, atentando para a formação teórica e técnica destes profissionais nas academias. Também, tem de haver da parte destes profissionais um comprometimento político que é norte para as ações nos espaços de trabalho, e com enfoque para o serviço social, o norte é apontado pelo Projeto Ético Político (PEP) da profissão.

Assim, quando questionadas *Em que momento vocês participam do CRAS? Citem exemplos*, as respostas foram unânimes “Só nesses momentos, só nos dias que nós temos curso aqui.” (Nise). Os dados evidenciam que os usuários só reconhecem que participam do CRAS quando vão até os cursos ou oficinas, ou ainda, quando convocados para reuniões.

Ainda sobre participação, as respostas reafirmam a centralidade das oficinas dentro dos centros de referência. Quando foram perguntadas *De que forma você gostaria de estar*

participando do CRAS? Mariele fala que “Para mim é nas oficinas, porque é o que eu posso participar” já Amy diz que “Poderia ter outras coisas para participar até na limpeza, se for preciso chamar a gente para fazer alguma outra coisa eu acho que é interessante participar de tudo!” A fala de Amy remete a pensar sobre a condição subalterna a qual os usuários da política de assistência social ocuparam durante um longo período de tempo, condição esta dada mais especificamente anterior a CF de 1988, mas que ainda precisa ser trabalhada para que os usuários se percebam como de fato são: sujeitos de direitos. Conforme Yazbek (2014):

Historicamente, os subalternizados vêm construindo seus projetos com base em interesses que não são seus, mas que lhe são inculcados como seus. Experimentam a dominação e a aceitam, uma vez que as classes dominantes, para assegurar sua hegemonia ou dominação, criam formas de difundir e reproduzir seus interesses como aspirações legítimas de toda a sociedade (p. 685).

A frase “participar até na limpeza” pode ainda estar carregada de uma cultura subalterna, onde a classe dominante dita a importância de cada indivíduo na sociedade, sendo que cabe para os usuários dos CRAS seria a limpeza do espaço como forma de participação. Por outro lado, a fala de Amy também pode mostrar que a comunidade reconhece o CRAS como um espaço que é da própria comunidade, pois se propor a ajudar em tarefas que não cabem à população, como na limpeza, pode ser visto como algo positivo desde que não seja nunca uma tarefa imposta, ou ainda, que tenha que partir da comunidade a preservação da infraestrutura do local porque o Estado não estaria mantendo o espaço limpo e pronto a receber os usuários. Também, quando a mesma diz “é interessante participar de tudo” pode-se perceber que se houvessem demais propostas para além das oficinas a população poderia vir a aderir.

Mas estas propostas para além das oficinas já não existem? Conforme o que trouxeram os CRAS no questionário, quando respondem as seguintes indagações: *Em relação ao PAIF e ao SCFV, qual a principal atividade desenvolvida nos grupos?* E também *De que forma são desenvolvidos os grupos no que tange aos assuntos e discussões que são tratados?* Parece que as atividades desenvolvidas nos grupos de PAIF e SCFV englobam questões para além das pontuais em oficinas de artesanatos, conforme Tabela 1:

Tabela 1: Principais atividades, assuntos e discussões desenvolvidos nos grupos.

Principais atividades desenvolvidas nos grupos	Assuntos e discussões que são tratados nos grupos
<ul style="list-style-type: none"> ● No que se refere à execução do SCFV são desenvolvidas atividades lúdicas, recreativas e esportivas, com intervenções da equipe de referência e já no âmbito do PAIF são realizados atividades de artesanato e culinária, também com intervenções da equipe técnica; ● Oficinas e encontros objetivando convívio comunitário; ● Comprometimento, participação, conhecimento, debates, interesse; ● Encontros semanais, palestras eventuais e oficinas. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Os grupos acontecem semanalmente, onde além das atividades citadas é realizado um planejamento mensal de quais e como serão desenvolvidos os temas escolhidos, usando como estratégias metodológicas: palestras, dinâmicas de grupo, reflexões, rodas de conversa sobre direitos e intervenções pontuais; ● Pela participação e sugestão dos usuários; ● Dinâmica, palestras, debates, atividades audiovisuais, atividades físicas; ● Conforme tipificação dos Serviços do SUAS.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no instrumento de pesquisa.

A partir das respostas das equipes de referência, pode-se entender que da forma como foram expostas as atividades desenvolvidas nos grupos, bem como os assuntos e discussões tratados, poderiam explorar ainda mais a reflexão crítica dos sujeitos e seus direitos sociais, visto o que foi trazido anteriormente pelas usuárias que não discutem as problemáticas do território em que vivem e nem as demandas de suas famílias. Se os CRAS através do que está posto na Tabela 1, inicialmente buscassem reconhecer as fragilidades dos usuários que participam dos serviços e então desenvolvessem os grupos de acordo com a realidade destes sujeitos e destes territórios, talvez houvessem outras formas de participação para além das que são vivenciadas por estas usuárias. O que as equipes estão propondo enquanto atividades vão ao encontro da educação política, mas a forma como estas atividades têm sido desenvolvidas precisam ser revistas juntamente com os usuários.

Os dados apresentados até o momento desvelam que a participação no CRAS tem sido para momentos muito específicos onde o participar começa e termina nas atividades de artesanato/oficinas, e estes momentos não são usados para propor reflexão crítica e debates que fortaleçam estes usuários a participarem efetivamente nos CRAS, tão pouco, incita o exercício do controle social democrático, pois sem participação não há controle social democrático. Prova disto está nas respostas à seguinte indagação *Vocês conhecem o Conselho Municipal de Assistência Social do município? Já foram em alguma reunião? Há*

unanimidade nas respostas, aqui ilustrada pela resposta de Olga “eu não ouvi falar.” Enfatiza-se que todas as respostas foram “não”. As usuárias que participaram dos grupos focais nunca ouviram falar em Conselho Municipal de Assistência Social, e eis aí uma grave questão.

Conforme o que já foi exposto, em sua maioria, os CRAS responderam que realizam falas que propiciam aos usuários informação sobre os conselhos de direitos do município, como também incentivam os usuários a participarem destes conselhos e que costumam refletir estratégias para aproximar a discussão de controle social dos sujeitos de direitos. Faz-se importante ressaltar que atualmente são várias as instâncias que propiciam participação em nível municipal através de conselhos: conselho de direitos da criança e do adolescente, conselho da pessoa com deficiência, conselho da pessoa idosa, conselho de educação e conselho de saúde, por exemplo.

Sendo assim, porque então o desconhecimento da população usuária sobre o conselho municipal de assistência social? O domínio por parte dos profissionais do CRAS sobre a legislação que concerne o controle social na política de assistência social e como utilizam a legislação na prática profissional também podem dizer muito do entendimento da população sobre o conselho municipal de assistência social. Quando questionadas *Você conhece a legislação que concerne o Controle Social na Política de Assistência Social? Se sim, como utiliza a mesma na prática profissional?* As equipes responderam:

- Através de intermediação para garantia de direitos da população;
- Sim, sempre oportunizando espaço, para potencializar os usuários;
- Sim, como um guia, respeitando conforme estipulado cada um dos programas;
- Sim. Buscando a execução prática, e no manuseio dos materiais disponível impressos ou em sites como do CNAS.

Percebe-se que há uma contradição entre o que a população traz a partir dos GF e as respostas dos CRAS no questionário. A equipe técnica traz que conhece a legislação que concerne o Controle Social na Política de Assistência Social e de que forma a utiliza na prática profissional. O que se espera, diante disto, são usuários que conheçam o conselho municipal de assistência social e falem com mais propriedade sobre seus direitos. Ao realizar o GF observaram-se usuárias que, se tratando do controle social, nunca foram a uma reunião

do conselho municipal de assistência social não sabendo o que é, e participam dos serviços de formas pontuais.

O que é possível entender desta contradição é que os CRAS de fato conhecem estas legislações, pois a forma como dizem utilizá-las é coerente. A maneira como este conhecimento chega aos usuários é que não está impactando os sujeitos de forma a promover o entendimento sobre o controle social, a participação efetiva no próprio espaço dos centros de referência e tão pouco nos conselhos de direitos, estas questões necessitam serem revistas pelos profissionais, já que suscitar a autonomia e reflexões críticas perpassa que este conhecimento alcance o público atendido pelos serviços que neste caso, são os sujeitos de direitos que acessam os CRAS.

Pedrini, Adams e Silva (2007) ao apresentarem caminhos para avançar na direção de superar as limitações dos conselhos de direitos lançam da seguinte pista estratégica “Maior espaço, visibilidade e protagonismo dos setores populares organizados e/ou beneficiários das políticas nos conselhos e nos processos de controle social, entendidos desde a formulação, execução, monitoramento e avaliação da política” (p.235). Ainda, falando sobre os conselhos trazem que “para superar as limitações constitutivas dos conselhos, é necessário avançar na educação política ampla, capaz de romper com a submissão da sociedade civil ao poder burocrático” (PEDRINI, ADAMS E SILVA, 2007, p.235).

Para avançar na educação política algumas estratégias são necessárias. Ao responder *Cite uma importante estratégia que pode ser desenvolvida pelo CRAS para fortalecer a participação dos usuários nos espaços de controle social, e comente o porquê da importância desta estratégia* as equipes dos CRAS trouxeram algumas importantes estratégias conforme Tabela 2:

Tabela 2: Estratégias para fortalecer a participação dos usuários nos espaços de controle social.

- Informamos os mesmos sobre seus direitos, sobre acesso aos serviços, sobre questões políticas atuais, etc. Visando o empoderamento das pessoas em relação às políticas públicas vigentes;
- Divulgação da importância do controle social para as políticas públicas;
- Envolvimento familiar, pois além de reforçar e trabalhar os vínculos traz um envolvimento de toda a família;
- Elegendo representatividades e esclarecendo sobre o controle social a todos os usuários.

Fonte: Elaborado pela autora, com base no instrumento de pesquisa.

Ainda em caminhos para avançar na direção de superar as limitações dos conselhos de direitos, Pedrini, Adams e Silva (2007) apresentam mais uma pista “criação de estratégias para enfrentamento da arquitetura do Estado, que, por razões estruturais, de concepção e hegemonia do poder do capital, não permite participação efetiva da sociedade na política econômica” (p. 235). Se de fato as estratégias apresentadas na Tabela 2 alcançarem os usuários sendo realizadas com embasamento da legislação e olhar crítico permitindo a reflexão dos sujeitos, pode-se estar em curso um controle social democrático, onde desta participação efetiva se fortalecerão todos que nela se envolvem sendo a equipe técnica, usuários e usuárias do SUAS, que terão na educação política uma estratégia para o controle social do SUAS. Sobre participação, cabe ainda ressaltar que quando indagadas *Escolha uma palavra que representa o que foi participar deste grupo focal para você*, as usuárias escolheram as seguintes palavras:

Figura 4: Uma palavra e vários significados; o GF para as participantes.



Fonte: Elaborado pela autora com base no instrumento de pesquisa.

Já tendo sido apresentadas ao longo do texto três das seis palavras escolhidas (política, oficina, participação), não cabe aqui repetir as mesmas discussões. Foram seis palavras porque algumas delas são repetidas pelas participantes. O que ficou para os GF foi o que as usuárias sentem ao poderem ter espaço para discutir algo que pareceu novidade em suas rotinas dentro dos CRAS: sentiram-se sendo *políticas* ao ouvir e propor reflexões no GF; foram chamadas a participar do momento do GF no dia em foram também para as *oficinas* e por este motivo, o GF também fez parte da *oficina* - algo que marca tanto a trajetória das mesmas nos serviços dos CRAS-; puderam através da *participação* opinar e debater no GF sobre suas vivências; houve *desabafo* possibilitado pelo GF através do sigilo ético; foi

importante pois mostrou para as usuárias outras possibilidades de participar no espaço do CRAS e também foi *produtivo*, pois agregou novos conhecimentos e reflexões.

Entendemos que este questionamento que tratou da percepção das participantes do GF se dá por considerarmos que as ações que fomentam a participação popular, assim como as ações assistenciais “podem significar tanto a tutela e a reiteração da subalternidade, quanto um lugar de reconhecimento e de acesso ao protagonismo. E, mais ainda, pode ser tudo junto” (YAZBEK, 1993, p.134). O que se busca é reconhecimento e protagonismo.

A participação no controle social, a partir das discussões tratadas até aqui, ainda é inexistente nos CRAS pesquisados. De um lado, as usuárias dos centros de referência tímidas em relação ao potencial que tem enquanto coletivo e não reconhecendo a importância do controle social para garantia de direitos. Do outro lado, equipes que identificam a importância do controle social, e que em seu cotidiano precisam assegurar os direitos enquanto trabalhadores ao tempo em que acessam os direitos da população usuária também feita de trabalhadores. Todos classe trabalhadora. Todos de alguma forma, enfrentando as mazelas do capitalismo. Talvez por este motivo, o que as equipes trazem não se traduzem nas falas da população que atendem. Mesmo o CRAS que participou do GF por demonstrar realizar educação política, na prática, não vem conseguindo materializá-la.

Assim, o que fica é que estamos na busca pela educação política, que deverá ser realizada por todos que fazem parte da construção incessante do SUAS e também pelos atores sociais envolvidos nas discussões de controle social. A precarização das políticas sociais, a retração do Estado, o ataque aos direitos sociais, tudo isto pode ser enfrentado se lançarmos de estratégias onde a população reconheça a importância que possui na construção e acompanhamento das políticas. A educação política é estratégia indispensável nestes tempos. Vamos buscá-la.

3 CONTROLE SOCIAL: CONTRADIÇÕES NA CONTEMPORANEIDADE

Tratar sobre o controle social das políticas públicas na contemporaneidade requer reconhecer a historicidade como uma categoria do método dialético crítico que nos situa na dimensão sócio-histórica dos processos de controle social vivenciados, possibilitando sua compreensão na sociedade capitalista. Conforme Marx (1969) “[...] os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (p. 17). Neste sentido, entendemos que a dimensão historicidade torna possível compreender como vem se constituindo o controle social nas políticas públicas num cenário que vem mercantilizando os direitos sociais da classe trabalhadora.

Da mesma forma, outra importante categoria que faz imprescindível sua compreensão neste estudo é a contradição, que no método dialético “busca captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os contraditórios, que os opõe, que faz com que se choquem, que os quebra ou os supera” (LEFEBVRE, 1991, p. 238). Desvelar as contradições do controle social faz com que seja possível vislumbrar este instrumento enquanto direito e também, como estratégia para manutenção do sistema capitalista, numa constante reflexão da importância do controle social neste contexto.

Neste capítulo traremos discussões sóciohistóricas do controle social e de como este se apresenta hoje nas políticas públicas e, mais especialmente, na política de assistência social, foco deste estudo. Para isso, retomamos as categorias historicidade e contradição que subsidiam as reflexões neste percurso.

Em um primeiro momento o controle social é abordado enquanto o controle social do Estado sob a sociedade, e o controle da sociedade sob o Estado. Destacam-se aí, para que haja compreensão destes dois entendimentos autores clássicos que contribuem com o pensamento acerca da temática: Thomas Hobbes (1983), John Locke (1994), Jean-Jacques Rousseau (2002), Karl Marx (2010) e Antonio Gramsci (2004). Neste sentido, para que fosse possível destacar tais pensadores foram realizadas leituras relacionadas ao controle social que pudessem subsidiar a reflexão para compreender o significado desta importante instância para a participação popular. Desta forma, além dos referenciais clássicos já citados, diferentes produções contribuem com as reflexões deste capítulo, tais como: Silva, Ferreira e Barros (2009), Coutinho (2007), Boschetti (2016) entre outros.

Já para o segundo momento, faremos uma provocação acerca do controle social na política de assistência social, com base nos referenciais que subsidiam as reflexões tais como: Couto (2012), Raichelis (2011), Yazbek (2006) entre outros. As reflexões que emergem do processo de análise das informações apreendidas nos questionários respondidos pelas equipes de profissionais que atuam nos quatro CRAS de municípios da região do alto da Serra do Botucaraí, são dialeticamente trazidas ao longo da sistematização.

3.1 DA DIMENSÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO CONTROLE SOCIAL NO ESTADO BRASILEIRO: ALGUNS PERCURSOS PARA SUA COMPREENSÃO

Pensar o controle social enquanto controle do Estado sob a sociedade e da sociedade sob o Estado requer buscar a contribuição de diferentes autores para tratar Estado, e situar o tempo histórico em que cada autor propôs sua teoria é fundamental. Hobbes (1983), Locke (1994) e Rousseau (2013), precursores nesta discussão, partem da investigação da origem do Estado nos séculos XVII e XVIII, onde os principais estudos da filosofia política da época eram o fundamento racional do poder soberano. Apesar das similaridades, cada autor possui seu próprio entendimento em relação ao contrato regido pelo Estado que possibilita pensar a construção do controle social.

Hobbes⁹ defende o poder soberano e absoluto do Estado no rei, ou seja, Estado absolutista de natureza, ressaltando a importância de “pactos com a espada”. De acordo com os estudos de Silva, Ferreira e Barros (2009) para Hobbes

A sociedade civil é antitética ao estado de natureza e só se torna possível se submetida a um Estado absolutista com poder ilimitado, em que os homens se tornam seus súditos com total subserviência. O Estado tem o poder absoluto de controlar os súditos que a este lhe entregou sua liberdade em troca da vida em segurança e da posse da propriedade. Neste contrato social estabelecido voluntariamente entre os homens, esses se tornam súditos submetidos ao controle do Estado portador de poder absoluto (p. 27).

⁹ “Hobbes, Thomas (1588-1679) Filósofo materialista inglês [...] Os temas centrais de sua filosofia giram em torno: a) do estado de natureza, no qual as relações dos homens entre si são deixadas à livre iniciativa de cada um: "o homem é um lobo para o homem"; b) do Estado social: a sociedade política é a obra artificial de um pacto voluntário de um cálculo: todos os homens são iguais por natureza c) da moralidade, que é o acordo da natureza com a ação do papel do soberano: o de garantir a segurança e a prosperidade de seus súditos; o poder absoluto é legítimo quando assegura a paz civil; o soberano tem todos os direitos; a justiça é inteiramente dominada pela lei positiva; a lei imposta pelo soberano é justa por definição: a Igreja deve subordinar-se ao Estado: devemos seguir a lei do Estado de preferência à lei divina: a paz civil é o soberano bem, devendo ser mantida a todo preço”(DICIONÁRIO BÁSICO DE FILOSOFIA, 2001, p. 94).

Contraopondo o posicionamento de Hobbes, Locke¹⁰ é crítico ao absolutismo e defensor do individualismo liberal, tendo no Parlamento o legítimo canal que representa a sociedade. Para este filósofo, é fundamental pensar o trabalho como fundamento originário da propriedade, se formando a partir de três vertentes: vida, liberdade e bens. O poder político não interfere na economia garantindo a liberdade econômica. Isto quer dizer que desde que não se interfira na liberdade econômica, toda a forma de reprimir o outro é válida, ou seja, desta forma os direitos naturais estariam garantidos.

Com a percepção diferenciada em relação aos estudos de Hobbes e Locke, Rousseau¹¹ traz a sociedade enquanto o povo sendo corpo coletivo, e para este filósofo o Estado de base democrática é o único que oferece igualdade jurídica. “Para ele a Democracia é constituída de três aspectos: a igualdade de participação; o político como espaço autônomo do agir humano (por considerar o interesse público como valor máximo da sociedade); a participação direta no poder.” (SILVA; FERREIRA; BARROS, 2009, p. 30). Já dizia o filósofo que “*a vontade geral é indestrutível*”.

Após perceber de que formas autores clássicos tratam o Estado em cada importante tempo histórico destacado, para que se possa reconhecer a construção da discussão da coletividade e o poder do povo diante do Estado, saltamos mais adiante na história com Marx e Gramsci onde se encontram as bases para a discussão que contempla a contemporaneidade do controle social.

¹⁰ “Locke, John (1632-1704) John Locke nasceu perto de Bristol, Inglaterra. Quanto à política, parte da seguinte ideia: ‘Os homens são todos, por natureza, livres, iguais e independentes, e ninguém pode ser despojado de seus bens nem submetido ao poder político sem seu consentimento’. A consequência de seu empirismo se revela na concepção do Estado social e do poder político: em primeiro lugar, refuta o direito divino e o absolutismo, pois trata-se de renunciar a essas especulações para se voltar às coisas mesmas; em seguida, declara que o poder só é legítimo quando é a emanção da vontade popular, pois a soberania pertence ao povo que a delega a uma assembleia ou a um monarca; finalmente, antecipa Marx declarando que o fundamento da propriedade é o trabalho” (DICIONÁRIO BÁSICO DE FILOSOFIA, 2001, p.120).

¹¹ “Rousseau, Jean-Jacques (1712-1778) Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, Suíça, de uma família de origem francesa. Dos temas por ele abordados, destacamos: a) o homem é, por natureza, bom; é a sociedade que o corrompe; quer dizer: a sociedade não é, por essência, corruptora, mas somente certo tipo de sociedade, isto é, aquela que repousa na afirmação da desigualdade natural dos homens, oprimindo a maioria em proveito de uma minoria privilegiada; b) o estado de natureza é um estado primordial onde o homem vive feliz, em harmonia com o mundo e na inocência, não havendo necessidade de sociedade: o social não tem sua norma na natureza, mas no homem; a passagem da natureza à sociedade é puramente contingente, é uma causalidade puramente externa que o induz a isso; c) o homem difere essencialmente dos outros seres naturais e animais por sua perfectibilidade; o problema, para ele, consiste em encontrar uma forma de sociedade na qual possa preservar sua liberdade natural e garantir sua segurança; d) para solucionar esse problema, Rousseau propõe o contrato social” (DICIONÁRIO BÁSICO DE FILOSOFIA, 2001, p. 168).

Para Marx (1996), que parte das condições materiais da existência e da realidade concreta, a sociedade é dividida em classes: burguesia e proletariado. É no modo de produção capitalista que se encontra a chave para a compreensão das relações econômicas no interior do desenvolvimento das forças produtivas.

Assim, de acordo com as reflexões que emergem a partir dos estudos sobre Marx (1996) compreende-se que o Estado não pode ser outro se não capitalista, e neste sentido, o controle social é exercido apenas pelo Estado sob o povo privilegiando a reprodução do capital, obviamente compreendendo o povo neste contexto como o proletariado, observando as classes presentes neste processo sendo a classe trabalhadora que sofre os impactos deste sistema capitalista e das crises do capital.

Boschetti (2016) refere que na existência da crise do capital, as suas mais perversas faces e barbáries atingem diretamente a classe trabalhadora do mundo todo, tendo incontáveis consequências sendo a principal delas a destruição dos direitos. Portanto

São processos que, se por um lado, instigam a luta coletiva pela sua superação no campo da esquerda, por outro, fermentam o avanço do pensamento conservador e estimulam a corrosão de políticas sociais que edificaram o Estado social no capitalismo, com seus limites e contradições, mas que foi historicamente fundamental na concretização de direitos conquistados a “ferro e fogo” pela classe trabalhadora, conforme sinalizou Marx. (ibidem, p.15).

Para a autora, o estado é social no sentido em que assume uma função social¹² no capitalismo, onde avançamos e retrocedemos na conquista de direitos em um movimento contraditório. Destaca-se que estas conquistas são meios para a organização da classe trabalhadora, ou seja, mecanismos para que a organização dos trabalhadores caminhe rumo a uma conquista maior. Hoje, a classe trabalhadora busca se organizar enquanto resistência aos desmontes dos avanços no campo dos direitos sociais, por exemplo. Sendo assim, o que se tem é um Estado Social Capitalista que tem como característica o acordo com o capital para que o social possa ser assegurado, já que as relações sociais continuam mercantilizadas e “regidas pelas relações capitalistas fundadas na produção socializada e na apropriação privada de seus resultados” (BOSCHETTI, 2016, p. 28).

Neste contexto as reflexões sobre a sociedade capitalista e a existência do próprio controle social levam não somente aos estudos de Marx, mas também de Gramsci. Segundo Coutinho (2007), a visão gramsciana “não inverte nem nega as descobertas essenciais de

¹²Para a autora este Estado social não se refere ao welfarestate. Destaca-se a experiência brasileira onde se acredita que não houve na história deste país o estado de bem estar social.

Marx, mas ‘apenas’ enriquece, amplia e concretiza, no quadro de uma aceitação plena do método do materialismo histórico” (p. 123). Desta forma Gramsci, dentro de suas possibilidades e em contexto sócio-histórico e político que caracterizavam o período em que propôs as suas reflexões¹³ nos Cadernos do Cárcere¹⁴, havia buscado do ponto de vista dialético, contribuir teoricamente com a continuação e afirmação do pensamento marxista.

Ao realizar leituras referentes à Gramsci no contexto da temática aqui apresentada, pairam indagações e não há uma concordância absoluta com suas reflexões, porém tratando-se da perspectiva do controle social na atualidade, o autor se aproxima desta realidade por meio de seus estudos sobre Estado e sociedade. O autor defende a teoria de um Estado ampliado com a sociedade civil e sociedade política, e de acordo com Coutinho (2007, p.127) a sociedade política “se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial militar” e sociedade civil é “o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão de ideologias” (ibidem, 2007, p.127).

Outro aspecto fundamental quando fazemos referência a Gramsci é a hegemonia¹⁵ que pressupõe no domínio de uma determinada classe social sobre as outras (GRAMSCI, 2002). A sociedade civil busca manter o consenso através da hegemonia pelo Estado (para Gramsci sociedade política + sociedade civil=hegemonia escudada na coerção), e pensar o papel das classes neste contexto é fundamental. Gramsci trabalha a concepção de classes subalternas, ou seja, a classe que está em constante situação de exploração (COUTINHO, 2007).

Destarte, pensar controle social neste sentido é retomar a noção de correlação de forças na sociedade; em determinados momentos o controle penderá para o lado da classe dominante e em outros momentos para o lado da classe subalterna. Isso porque existe aí uma fundamental categoria exemplificada por Marx: a contradição, que para Cury (1985, p.30) “é destruidora, mas também criadora, já que se obriga à superação, pois a contradição é intolerável. Os contrários em luta e movimento buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios”. Baseado nos estudos de Gramsci, Martins (2014, p.42) aponta

¹³Reflexões debatidas em aula na disciplina de ”Economia Política II: contradições de classe no capitalismo”, ministrada pelo professor Dr. Fernando Frota Dillenburg, em 20/01/2017.

¹⁴ Com relação aos Cadernos do Cárcere é importante destacar que são 29 cadernos escritos por Gramsci no período em que esteve prisioneiro na Itália, entre 1926 e 1937. Estes cadernos estão divididos em seis livros.

¹⁵Faz-se importante ressaltar a amplitude do conceito de hegemonia em Gramsci. Neste estudo, o conceito está com uma definição objetiva a partir das leituras realizadas sobre a temática, pois não nos interessa neste momento, adensar esta discussão.

que “para manter o controle sobre a sociedade, o capitalismo não utiliza apenas de coerção, violência política ou econômica, necessita também de coerção ideológica, cujo instrumento é a cultura hegemônica burguesa que é transformada em senso comum”.

Assim, ao retomar as reflexões sobre o controle social contemporâneo compreende-se a importância do fortalecimento das classes subalternas para que as mesmas possam propor estratégias contra hegemônicas e de fato, obterem o controle social democrático sobre o Estado para que a participação seja efetiva junto aos mecanismos de controle social. Faz-se importante ressaltar novamente, a correlação de forças existente, e que a organização da classe dominante frente aos espaços do controle social mostra-se efetiva, portanto, organizar a classe subalterna considerando o momento de retrocesso de direitos em que se vive no país nestes anos de pós-impeachment, torna-se tarefa vital para a manutenção dos direitos ora conquistados.

Entende-se que apresentar a concepção de controle social com base nos autores citados até aqui é de fundamental importância, pois foram esses pensadores que influenciaram a construção teórica e prática do controle social como se conhece na atualidade, forneceram as bases para que se pensassem formas de haver o controle da população sob as ações do Estado brasileiro, e ademais, dão subsídios para endossar a discussão. Assim, nesta constante busca dialética entendida neste estudo enquanto “um modo de pensar e conhecer que não se dá numa simples definição e num único momento” (PAVIANI, 1995, p.729) e que a dialética “pressupõe um aprendizado, um desenvolvimento e um amadurecimento intelectual e emocional” (ibidem, p.729), se conduz então ao aprofundamento da temática sobre o controle social no Estado Brasileiro.

É preciso situar o Estado brasileiro do qual se fala. Pode-se dizer que hoje se tem um Estado capitalista de modelo neoliberal, mínimo em direitos e também contraditório quando se pensa que o mesmo possibilita acesso a políticas públicas, ao tempo em que dificulta, fragmenta e torna este acesso, muitas vezes, mérito. Portanto o entendimento sobre neoliberalismo é fundamental, pois para Harvey (2005, p.75) “a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser bem mais garantida através dos livres mercados e do livre comércio”.

Importante sublinhar que os neoliberais prezam a privatização, pois “a ausência de claros direitos de propriedade -como sucede em muitos países em desenvolvimento- é julgada uma das maiores barreiras institucionais ao desenvolvimento econômico e à melhora do bem-

estar humano” (HARVEY, 2005, p.75).Estas reflexões apontam ao desenvolvimento econômico neste sistema, que não pode ser pensado descolado das políticas sociais.

Não se pode analisar a política social sem se remeter à questão do desenvolvimento econômico, ou seja, à transformação quantitativa e qualitativa das relações econômicas, decorrente de processo da acumulação particular do capital. O contrário também precisa ser observado: não se pode examinar a política econômica sem se deter na política social. (VIEIRA, 2007, p.144).

Considerando o desenvolvimento econômico neste processo, no que tange ao Estado que é a arena em que se materializam as discussões e intervenções capitalistas e neoliberais, em sua reflexão Cepik (2016) destaca:

[...] Mesmo em países da semiperiferia capitalista, como o Brasil, que definiram constitucionalmente como prioridade o provimento de bem-estar para a população, as ondas de choque internacionais e os conflitos distributivos não resolvidos fragilizam recorrentemente as instituições públicas e sua capacidade de definir fins e meios de forma democrática e segura. (p. 102).

Ao indicar as formas democráticas neste Estado, é importante demarcar a luta pela democracia no regime de ditadura militar que teve sua importância explicitada de várias formas: diversos foram os movimentos sociais que se fortaleceram neste período. Este cenário foi marcado por diferentes movimentos sociais travados pela classe trabalhadora com a participação de sindicatos e outros, que buscavam assegurar voz e vez inclusive, para a construção da constituição cidadã.

Em síntese o paradigma vigente nos trabalhos com os movimentos populares nos anos 70-80 estruturava-se segundo fundamentos semelhantes ao da Educação Popular, quais sejam: a valorização da cultura popular, a centralidade atribuída ao diálogo, à ética e à democracia no processo de construção de relações sociais mais justas; a necessidade de ter como referência constante, ao longo de qualquer processo pedagógico ou de mudança social, a realidade da vida dos educandos e a forma como eles encaram esta realidade - a relação entre conhecimento e politização, entre educação e movimentos sociais; o estímulo à participação dos educandos em todas as fases do processo educativo; a atenção ao pequeno, ao miúdo, ao cotidiano; a tentativa de fazer com que o ensino seja também pesquisa, uma investigação curiosa sobre a realidade (GOHN, 2005, p.73).

Apesar da existência de diferentes movimentos sociais no Brasil, trata-se de um país com traços do patriarcado, colonialismo e clientelismo que encontra ainda desafios para incentivar a participação da população nos rumos das políticas públicas. “Apesar disso, há um razoável consenso de que as conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988, que preveem

maior participação da sociedade na gestão pública, são um patrimônio vivo e potencial da sociedade brasileira” (PEDRINI; ADAMS; SILVA, 2007, p. 227).

Na CF (1988) encontra-se o controle social por meio da participação da população que controla as ações do Estado frente às políticas públicas através de mecanismos que propiciem esta participação, sendo estes os conselhos de direitos nos níveis municipal, estadual e federal. Este marco, no que tange ao fortalecimento das políticas públicas deve ser entendido enquanto uma conquista que não deve estagnar em si mesma: ainda há muito que debater e resistir para o constante fortalecimento do controle social, considerando os atuais tempos sombrios de retração do Estado frente aos direitos e demais retrocessos de legislações já concretizadas. No que diz respeito aos conselhos Pedrini, Adams e Silva (2007) fomentam importante discussão:

Um dos instrumentos para concretizar tais princípios constitucionais foi a criação de conselhos gestores de políticas em inúmeras áreas, com o intuito de contribuir para a democratização do poder e fortalecer a democracia participativa. A ampliação dos espaços e o aumento do número de cidadãos(ãs) atuantes tornaram-se a estratégia fundamental para ultrapassar os limites da democracia representativa. A multiplicação de espaços públicos estatais e não-estatais, por um lado, contribui para avançar na real partilha de poder e de recursos socialmente produzidos; por outro lado, contraditoriamente, em muitos casos parece ter redundado em fragmentação institucionalizada e legalizada (p. 227).

Faz-se importante ressaltar que os instrumentos criados para fortalecer a democracia participativa, ressaltados pelos autores, são importantes estratégias que contribuem para a superação do sistema posto. Sistema esse que torna contraditória a participação nos espaços de controle social. Portanto, não basta estagnar na criação destes instrumentos, ao contrário, avançar no seu aprimoramento, fortalecimento e possibilitar condições para demais estratégias.

Mas, afinal, de qual controle social está se falando? Raquel Raichelis (2011) que faz importante contribuição no que se refere aos conselhos de assistência social traz em um de seus estudos o controle social como importante categoria que orienta sua análise sobre esferas públicas e participação no contexto da política de assistência social. Compartilhando do entendimento da autora, trabalha-se com a seguinte concepção de controle social

Significa acesso aos processos que informam as decisões no âmbito da sociedade política. Permite participação da sociedade civil organizada na formulação e na revisão das regras que conduzem as negociações e a arbitragem sobre os interesses em jogo, além do acompanhamento da implementação daquelas decisões, segundo critérios pactuados. (RAICHELIS, 2011, p. 43).

Desta forma, retoma-se o caráter contraditório do controle social: controle social enquanto direito conquistado, como já enunciado, e enquanto instrumento da manutenção do sistema capitalista. Das revisões apresentadas até aqui, é possível sintetizar que para que se tornem evidentes estas contradições apresentam-se dois fatores de extrema relevância que emergem destes contextos, quais sejam:

1. O fator democracia: o direito ao controle social foi conquistado e é fortalecido através de reivindicações da população usuárias das políticas públicas, bem como dos trabalhadores destas e tanto a conquista como a manutenção deste direito, têm traços democráticos extremamente relevantes, e falam da importância da participação e mobilização das comunidades;
2. O fator controlar o controle: este fator apresenta-se quando se observa os locais formais onde se materializa o controle social, tais como os importantes conselhos municipais. Apesar de haver paridade para os membros componentes dos conselhos, se percebe que as decisões estão centralizadas nos gestores que tem em grande parte dos membros, apoio para suas decisões, que nem sempre correspondem aos interesses da política pública, ou ainda, aos interesses da população. Isto se torna visível através da pouca divulgação das datas e locais das reuniões que ficam restritas apenas ao conselho, e também quando há um esforço por parte da iniciativa das políticas públicas para que mais usuários das políticas estejam presentes nos conselhos enquanto membros que o compõem ou participando ativamente do mesmo.

Considerando estes dois fatores ressalta-se algo em comum em ambos, a participação, situada desde o início desta reflexão visto que é intrínseca ao controle social. Aqui destacamos a participação popular

Como processo de incidência social e política, deve estar comprometida com alguns pressupostos da existência humana, contribuindo para o desenvolvimento do ser humano enquanto ser social [...] Deve, também, possibilitar processos mais amplos, à construção da emancipação social, política e humana, nos limites da sociedade capitalista (MACHADO, 2016, p. 184).

Refletir acerca da participação popular requer situar esta discussão no cenário das políticas sociais. Sabe-se que a participação dos sujeitos de direitos usuários dos serviços na construção e fortalecimento das políticas públicas se dá de forma fragmentada, ora por não reconhecerem sua importância junto aos debates dos conselhos de direitos, ora por ocuparem

o local de debate, mas não possuem informação suficiente para propor e acompanhar a gestão das políticas.

No instrumento de pesquisa questionário respondido pelas equipes dos CRAS, com relação à questão que trata sobre a participação dos usuários na elaboração do cronograma de atividades anuais desenvolvidas neste equipamento do SUAS temos que: 50% (2) responderam que essa participação ocorre e 50% (2) responderam que não ocorre. Acreditando na importância de “fazer com eles” e não “para eles” buscar formas de contribuição da população usuária para construção de propostas que serão trabalhadas com a própria população é fundamental.

Embora esta participação dos usuários no planejamento das atividades do CRAS represente a realidade da metade dos respondentes desta questão, ainda é preciso avançar para que esta participação não seja medida apenas na quantidade presencial dos mesmos nos grupos realizados neste espaço, por exemplo, mas em demais momentos em que a voz da população é essencial para realizar intervenções e propostas que de fato, venham a contribuir numa perspectiva de atendimento a real demanda dos usuários, como também, poder incidir na tomada de decisões nos espaços de deliberação de controle social.

Quando esta participação em uma atividade tão essencial quanto à elaboração do cronograma de atividades anuais não ocorre, o participar pode vir a ser mais um compromisso ou até mesmo, uma cobrança do próprio Estado para que as famílias possam ter acesso à benefícios eventuais através de reuniões ou grupos já previamente formulados, por exemplo, o que dificulta ações educativas e políticas resultando na não participação.

Para esta discussão, parte-se do entendimento da não participação enquanto uma expressão da questão social, assim, faz-se importante conceituar a questão social. Para Pereira (2001)

Ela é, no mais das vezes, vista, genericamente, com a representação das crises, tensões, desafios, riscos, vulnerabilidades, desconstruções, discriminações, aporias, que efetivamente existem e castigam grande parte da humanidade. Até a falta de participação social-um dos elementos-chave (ao lado da conscientização) da constituição da questão social- é, muitas vezes, considerada como tal (p. 57).

Deste modo, a questão social encontra-se então na gênese da contradição capital x trabalho, que agudiza-se conforme o avanço do sistema capitalista e se materializa nas expressões desta questão social as quais são deparadas cotidianamente. Os fatores anunciados anteriormente-democracia e controlar o controle- são impactados por esta contradição.

Compreende-se que a questão social não é nova, como já apontava Castel (1998), pois ela se metamorfoseia e transforma-se conforme o avanço do capitalismo. Assim, situar a discussão do controle social e sua forma de existência hoje remetem à importante reflexão da expressão da questão social entendida como a falta de participação ou nula participação dos sujeitos sociais envolvidos nos traçados decisórios das políticas públicas: os sujeitos de direitos aqui reconhecidos como os usuários dos serviços das políticas sociais.

No tocante às instâncias participativas é importante refletir acerca de como a participação é estimulada nestes espaços, e de que forma o controle social tem sido abordado nestes cenários; se são colocadas para debate permanentes discussões e informações referentes às políticas públicas, formas de funcionamento e gestão das mesmas. Escorel e Moreira (2008) referem que:

As instituições mais permeáveis à participação são aquelas que valorizam o espaço público e reconhecem a necessidade de que as relações pessoais, sociais, econômicas e políticas sejam, pelo menos, mais debatidas. Elas conferem maior grau de reconhecimento e legitimidade às instâncias participativas, em processos múltiplos e, por vezes, contraditórios (p. 985).

Neste sentido, pensar espaços que propiciem acesso a informação e que estimulem a participação da população para o controle social democrático sem dúvida ainda é um grande desafio. Isto por que o ato de participar inicia com ações que em um primeiro momento podem parecer apenas como uma rotina dos serviços, mas que tem um grande significado e fazem a total diferença quando se discute controle social.

Portanto, sendo a questão social encontrada na gênese ‘capital x trabalho’, faz-se importante mesmo diante de um contexto de desmonte das políticas públicas, que os profissionais que atuam nas políticas sociais possam reconhecer a importância de incitar a participação dos sujeitos nos espaços públicos, fortalecendo o controle social. Para isto, umas das importantes estratégias são os processos de educação política que podem ser vivenciados pelos sujeitos de direitos e os trabalhadores das políticas sociais.

Conforme aponta Behring (2009) vive-se no “campo minado” dos direitos sociais. É imprescindível buscar estratégias que venham a superar as mazelas postas pelo capitalismo, que levam, muitas vezes, a uma apatia ante o avanço das desigualdades. Encontrar-se em um campo minado requer traçar planejamentos para não pisar nas minas, e desarmá-las é questão de sobrevivência.

Como apresentado até aqui, o controle social é instrumento para participação em todas as políticas sociais, porém o foco desta reflexão se dá a partir da Política de Assistência

Social. Esta Política, que se estrutura e organiza por meio do SUAS, tem um traçado histórico de lutas que se materializa com a LOAS em 1993 e somente na década do ano 2000 vai adquirindo reconhecimento na estrutura organizacional. A discussão do controle social ocupa espaço de grande importância na Política de Assistência Social, pois faz -ou deveria fazer parte dos processos de trabalho em que se inserem os profissionais- visto que esta política luta diariamente para reafirmar-se enquanto um direito socioassistencial, e necessita controle social em suas ações mais cotidianas para seu fortalecimento e superação de desafios impostos pelo capitalismo.

2.2 O LUGAR DO CONTROLE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: PROVOCANDO A REFLEXÃO

Primeiramente, faz-se necessário demarcar: que sistema é este? Como surgiu? Ao olhar para a história da assistência social no Brasil, é possível identificar suas características iniciais que são traduzidas em benevolência e assistencialismo, e que por conta de lutas dos profissionais do próprio campo da assistência social, a mesma inicia sua caminhada para ser reconhecida enquanto política de direitos.

Couto (2012) ao discutir direito social e assistência social na sociedade brasileira refaz os caminhos dos direitos sociais, e mostra avanços e retrocessos na dura caminhada pela conquista destes direitos iniciando no ano de 1930 até 1985, perpassando pelos governos de cada período histórico com suas características neste cenário. Conforme a autora

Pode-se inferir que, embora a concepção da assistência social porte uma dimensão de “provisão social”, que tem por base a noção de direito social, a mesma é plasmada no contexto de uma sociedade que historicamente vinculou o campo dos direitos sociais à versão de compensação àqueles que, pelo trabalho, eram merecedores de serem atendidos socialmente. Sendo assim, o campo dos direitos, na sociedade brasileira, é marcado por um processo contraditório, próprio da relação acumulação capital versus distribuição de renda. Ou seja, o que está em jogo para que sejam efetivados os direitos sociais é a possibilidade, ou não, nos parâmetros dessa sociedade, da ampliação de investimentos de capitais em áreas não lucrativas (ibidem, p. 167-168).

Desta forma se expõe a contradição da política de assistência social, onde os parâmetros já ditados pelo capital definem a efetivação (ou não) dos direitos na política. Porém, antes de refletir sobre esta questão, é necessário trazer os avanços da política de assistência social. Assim, conforme já discutido, a partir da CF (1988), conquista de toda a população brasileira onde se destacam os direitos a serem garantidos pelo Estado, percebe-se

nas ações das políticas públicas a materialização do acesso que os cidadãos têm aos seus direitos já garantidos legalmente, e neste contexto a assistência social é uma inovação.

É no campo da seguridade social, ao lado da saúde e da previdência, que a assistência social é considerada um dos tripés da proteção social. Conforme o artigo 194 da CF (1988) “a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988). A partir daí, a assistência social tem reconhecido seu caráter enquanto política pública de direito, porém, é importante reportar quando se estudam os direitos neste contexto que “a introdução da assistência social como política social da área da seguridade social incorpora uma inovação conceitual, mas também reitera as heranças históricas constitutivas da cultura política brasileira” (COUTO, 2012, p. 162).

Compreendendo o contexto histórico no qual se desenrola a caminhada da política da assistência social no país, cinco anos após a CF 1988 temos em 1993 a criação da LOAS. A LOAS (1993) regulamenta a assistência social em território nacional, e torna-se o norte para as ações da política. Onze anos após, em 2004, conquista-se a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) parâmetro legal que vêm organizar a política em âmbito nacional, e que juntamente com a norma que apresenta o funcionamento da política, a Norma de Operacionalização Básica do SUAS (NOB/SUAS) do ano de 2005 alicerçam a criação do SUAS. Em relação a como a assistência social busca se desenhar a partir do SUAS, Lopes (2006) traz a perspectiva desse sistema no ano de 2006, um ano após a criação do SUAS:

Chegamos a 2006 com a política pública de Assistência Social reconhecida como responsabilidade estatal, efetivada como direito social e penhorada em um modelo de gestão onde as iniciativas de atendimento à população avançam no sentido de superar o campo do voluntarismo e passam a operar por intermédio de uma política pública de Estado (p. 82).

Tem que se reconhecer o SUAS como conquista inquestionável no campo dos direitos sociais, e os avanços da política de assistência social como um grande passo dos cidadãos e cidadãs do Brasil rumo à efetivação do já que trazia a CF (1988). Por isto, a partir do que trouxe Lopes (2006) percebe-se que passados onze anos desde 2006, pode-se ter um panorama maior de como o SUAS vêm se desenvolvendo. Quando a autora refere ao “atendimento à população avançam no sentido de superar o campo do voluntarismo e passam a operar por intermédio de uma política pública de Estado” (p. 82) a realidade da política de assistência social tem mostrado que em muitas práticas acaba-se reiterando o voluntarismo, bem como, práticas assistencialistas.

Embora o SUAS tenha sido implementado em todo território nacional a sua consolidação não está garantida, ao contrário o seu desmonte é uma realidade diante, dentre outros retrocessos, dos programas que vêm sendo criados no governo Michel Temer que reforçam as práticas do primeiro damismo¹⁶ e ameaçam a lógica socioassistencial. Portanto não se tem um sistema “pronto”, o mesmo deve ser aprimorado durante sua caminhada atentando às realidades sociais atendidas. Desta forma, sem problematizar questões de nosso tempo buscando a proposição de estratégias reais para aquilo que é de difícil superação, a política de assistência social muitas vezes retoma o assistencialismo na perspectiva de favor ou benesse, oposta ao posto no marco legal desta política, pois como um direito social, é também um direito reclamável.

Quando se trata de questões de difícil superação, cabe aqui salientar a precarização do trabalho nesta política, a falha fiscalização dos órgãos competentes no que concerne às equipes que compõem os serviços e a grande quantia de trabalho que “suga” os profissionais do SUAS. Assim faz-se importante a contribuição de Yazbek (2006, p.49) para compreensão da assistência social “quer como um dos setores da política social brasileira quer como mecanismo compensatório que permeia o conjunto das políticas sociais públicas no país”. Esse mecanismo de compensação presente na política de assistência social se dá “[...] a partir de perspectivas históricas e sociais que situam o assistencial como ação engendradora na teia das relações estabelecidas entre o Estado e os setores excluídos da sociedade, no contexto da reprodução social da força de trabalho” (ibidem, p. 49).

Compreender o movimento contraditório da política de assistência social que perpassa o contexto da reprodução social da força de trabalho é situá-la também como resultado de um sistema que busca nesta política, respostas para a questão social em um contexto neoliberal. Assim, se compreende o limite desta política na atualidade, considerando sua importância e destacando a necessidade de seu fortalecimento enquanto direito socioassistencial, fortalecimento que se dá a partir da constante reflexão acerca da política de assistência social, apontando suas fragilidades e buscando a constante superação destas.

¹⁶ “Dito de outra forma, é possível supor que o poder estatal local apropria-se do trabalho das primeiras-damas para dar legitimidade a um processo político que se estabelece em meio à diversidade de forças antagônicas. Assim, utilizando-se dos atributos femininos’ de bondade, amor e doação, as primeiras-damas constroem uma base de sustentação política aos seus maridos, capaz de influenciar a visão dos usuários dos serviços sociais que constituem o alvo de ações sociais” (TORRES, 2002, p. 21).

Desta forma, é preciso destacar os 10 direitos socioassistenciais aprovados na V Conferência Nacional de Assistência Social, no ano de 2005 sendo estes grandes conquistas para a Política de Assistência Social, conforme o Quadro 1:

Quadro 1: Quadro síntese das proteções sociais.

1. Todos os direitos de proteção social de assistência social consagrados em Lei para todos: Direito, de todos e todas, de usufruírem dos direitos assegurados pelo ordenamento jurídico brasileiro à proteção social não contributiva de assistência social efetiva com dignidade e respeito.
2. Direito de equidade rural-urbana na proteção social não contributiva: Direito, do cidadão e cidadã, de acesso às proteções básica e especial da política de assistência social, operadas de modo articulado para garantir completude de atenção, nos meios rural e urbano.
3. Direito de equidade social e de manifestação pública: Direito, do cidadão e da cidadã, de manifestar-se, exercer protagonismo e controle social na política de assistência social, sem sofrer discriminações, restrições ou atitudes vexatórias derivadas do nível pessoal de instrução formal, etnia, raça, cultura, credo, idade, gênero, limitações pessoais.
4. Direito à igualdade do cidadão e cidadã de acesso à rede socioassistencial: Direito à igualdade e completude de acesso nas atenções da rede socioassistencial, direta e conveniada, sem discriminação ou tutela, com oportunidades para a construção da autonomia pessoal dentro das possibilidades e limites de cada um.
5. Direito do usuário à acessibilidade, qualidade e continuidade: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial, à escuta, ao acolhimento e de ser protagonista na construção de respostas dignas, claras e elucidativas, ofertadas por serviços de ação continuada, localizados próximos à sua moradia, operados por profissionais qualificados, capacitados e permanentes, em espaços com infraestrutura adequada e acessibilidade, que garantam atendimento privativo, inclusive, para os usuários com deficiência e idosos.
6. Direito em ter garantida a convivência familiar, comunitária e social: Direito, do usuário e usuária, em todas as etapas do ciclo da vida a ter valorizada a possibilidade de se manter sob convívio familiar, quer seja na família biológica ou construída, e à precedência do convívio social e comunitário às soluções institucionalizadas.
7. Direito à Proteção Social por meio da intersetorialidade das políticas públicas: Direito, do cidadão e cidadã, à melhor qualidade de vida garantida pela articulação, intersetorial da política de assistência social com outras políticas públicas, para que alcancem moradia digna trabalho, cuidados de saúde, acesso à educação, à cultura, ao esporte e lazer, à segurança alimentar, à segurança pública, à preservação do meio ambiente, à infraestrutura urbana e rural, ao crédito bancário, à documentação civil e ao desenvolvimento sustentável.
8. Direito à renda: Direito, do cidadão e cidadã e do povo indígena, à renda individual e familiar, assegurada através de programas e projetos intersetoriais de inclusão produtiva, associativismo e cooperativismo, que assegurem a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, nos meios urbano e rural.

9. Direito ao co-financiamento da proteção social não contributiva: Direito, do usuário e usuária, da rede socioassistencial a ter garantido o co-financiamento estatal – federal, estadual, municipal e Distrito Federal – para operação integral, profissional, contínua e sistêmica da rede socioassistencial nos meios urbano e rural.

10. Direito ao controle social e defesa dos direitos socioassistenciais: Direito, do cidadão e cidadã, a ser informado de forma pública, individual e coletiva sobre as ofertas da rede socioassistencial, seu modo de gestão e financiamento; e sobre os direitos socioassistenciais, os modos e instâncias para defendê-los e exercer o controle social, respeitados os aspectos da individualidade humana, como a intimidade e a privacidade.

Fonte: Quadro sistematizado pela autora.

Para que esses direitos socioassistenciais sejam efetivados um conjunto de programas e serviços foram tipificados no ano de 2009. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) padroniza a nível nacional as proteções da política de assistência social, conforme a Figura 1:

Figura 5: Quadro síntese das proteções sociais.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: BRASIL (2009).

É com base nesta padronização de serviços por tipo de proteção que nos aproximamos da proteção social básica que é o foco desta investigação, uma vez que estamos refletindo sobre os processos participativos vivenciados nos CRAS, assim como, as vivências de educação política experienciadas pelos trabalhadores e usuários. E por que esta proteção? Porque o serviço principal desta proteção é o CRAS. De acordo com a PNAS (2004) o CRAS

é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social (p.25).

Conforme Figura 02 podem-se observar as atribuições do CRAS, ressaltando que nestas atribuições ainda falta mencionar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos¹⁷ (SCFV) que junto ao Serviço de Proteção e atendimento Integral à Família (PAIF), são os serviços que conduzem este centro.

Figura 02: Quadro de atribuições do CRAS e órgão gestor municipal ou do DF.

CRAS	Órgão Gestor Municipal ou do DF
Fornecimento de informações e dados para o Órgão Gestor Municipal ou do DF sobre o território para subsidiar: <ul style="list-style-type: none"> • a elaboração Plano Municipal de Assistência Social; • o planejamento , monitoramento e avaliação dos serviços ofertados no CRAS; • a alimentação dos Sistemas de Informação do SUAS; • os processos de formação e qualificação da equipe de referência; 	Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social.
	Planejamento, execução físico-financeiro, monitoramento e avaliação dos serviços socioassistenciais do SUAS.
	Alimentação dos Sistemas de Informação e Monitoramento do SUAS.
Oferta do PAIF e outros serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica.	Constituição das equipes de referência e demais profissionais da política de assistência social e qualificação profissional dos trabalhadores do SUAS.
Gestão territorial da rede socioassistencial da PSB	Supervisão, apoio técnico da oferta do PAIF e demais serviços socioassistenciais ofertados, tanto nas unidades públicas, quanto nas entidades privadas sem fins lucrativos, prestadora de serviços.
	Gestão da rede socioassistencial do município
	Gestão do processo de conveniamento das entidades privadas sem fins lucrativos de assistência social – quando for o caso

Fonte: BRASIL, 2009.

¹⁷Sugiro ver em: Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009).

Considerando o que foi apresentado sobre as atribuições dos CRAS e sobre a tipificação, entre outros aspectos, se faz necessário problematizar as possíveis formas de atuação profissional, assim como, obstáculos que fazem parte das situações de trabalho nestes equipamentos. Pode-se dizer que o CRAS é um centro privilegiado por um motivo particular: está dentro dos territórios e próximo das populações em situação de vulnerabilidade e risco social. A riqueza que esta proximidade possibilita está:

- Na facilidade de debate com os usuários, de conhecimento real de suas demandas e de proposições que subsidiem as ações do CRAS construídas junto à comunidade (o fazer com eles, e não para eles);
- Nas lutas diárias, como um articulador de estratégias unindo forças junto ao território para buscar o fortalecimento daqueles já acostumados a terem suas vozes caladas (possibilitar voz e vez).

Couto (2012) faz referência ao desenho de grande parte da população que é atendida pela política, sendo

[...] aqueles que, pelo desemprego, ou emprego precário e/ou em virtude da crise estrutural gestada pela reestruturação produtiva, não encontram mais espaço nas políticas trabalhistas e veem como fundamental a busca de atendimento no campo da assistência social. Esse adensamento muitas vezes é feito por uma população que se reconhece como portadora de direitos, o que já é inovador no tradicional campo da benesse e do favor, características até há pouco tempo únicas na definição do campo da assistência social (p. 169).

Por se encontrarem nos territórios de vulnerabilidade e risco social os CRAS apresentam em seus atendimentos diários um público que Couto já apontava: que não encontra no emprego (quando encontra um) condição para a subsistência de si e de sua família. São trabalhadores e trabalhadoras que por não reconhecerem seus direitos estão em situações de extrema vulnerabilidade e risco social, e quando dizemos “reconhecerem” é porque até há o conhecimento de que aquele direito possa vir a existir, mas não se sabe onde nem como acioná-lo. Aí a importância do CRAS e o atendimento de seus técnicos, no que aqui será chamada da busca pela cidadania plena, definida por Gohn (2005) como aquela “moldada na tradição republicana, que pressupõe o conhecimento e a consciência ética dos processos políticos da polis e do mundo em que se vive” (p. 29).

De acordo com as reflexões de Boschetti (2017) como política social, a assistência social contribui com a reprodução do capital, mas pode ser campo de mediação com espaços de consciência crítica e resistência da classe trabalhadora, possibilitando a emancipação

política. Logo, os CRAS apresentam sua maior potencialidade: proporcionar debate político crítico, e não reproduzir a lógica capitalista que é imposta enquanto limite das políticas sociais, principalmente na assistência social.

Então nos deparamos com o que pode vir a ser “a virada de jogo”, com o que contribui efetivamente com a potencialidade dos CRAS: o controle social democrático. Considerando que o mesmo é primordial para a participação da população e que o SUAS tem recente caminhada na estrada das políticas públicas, em permanentes lutas diárias e debates teóricos para o seu fortalecimento e constante construção, é importante a compreensão do controle social enquanto instrumento democrático para a participação da população na política de assistência social. Pensando que esta política feita de avanços e retrocessos, e também, de contradições inerentes a sua história como já foi discutido, necessita que a população seja protagonista neste processo histórico que se reescreve a cada dia, e o controle social seja direito ao sujeito usuário deste sistema. Da mesma forma os trabalhadores e as trabalhadoras possuem um papel fundamental ao assumirem a mediação no campo do trabalho como uma forma de mobilização e exercícios participativos para o controle social.

Nesta pesquisa, entre os resultados que falam sobre mobilização e exercícios participativos, foi possível observar que as equipes dos CRAS quando questionadas *Os usuários participam da construção das propostas que serão trabalhadas nos grupos?* 75% (3) dizem chamar os usuários a participarem da construção destas propostas e 25% (1) das equipes respondeu que os usuários estão parcialmente presentes nesses momentos. Importante destacar que os CRAS trabalham com dois serviços, o PAIF e o SCFV que tem por sua base os grupos como principal instrumento para desenvolvimento das atividades com a população usuária e, portanto a participação dos usuários no que concerne a pensar propostas de discussões que serão realizadas para a própria população é significativa. Quando esta participação é parcial conforme apontam os 25%, entende-se que não há efetividade na participação, o que leva a reflexão de que as atividades propostas para a população atendida pelos CRAS podem não contemplar as reais necessidades sociais destes sujeitos que são os demandantes dos serviços.

Destarte, o exercício da participação popular pode se iniciar nesta relação dos profissionais dos CRAS com os usuários construindo coletivamente a dinâmica destes serviços. São vivências processuais que vão tendo um sentido a partir do vivido e então, a lógica do controle social democrático vai sendo construída em diferentes experiências educativas incitando a participação da população. Na LOAS (1993) em seu artigo 5º inciso II

destaca-se a “participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis” (BRASIL, 1993). Na PNAS (2004) o controle social é discutido a partir de sua concepção advinda da CF (1988), apresentando-se enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão político administrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado.

O controle social tem sua concepção advinda da Constituição Federal de 1988, enquanto instrumento de efetivação da participação popular no processo de gestão políticoadministrativa-financeira e técnico-operativa, com caráter democrático e descentralizado. Dentro dessa lógica, o controle do Estado é exercido pela sociedade na garantia dos direitos fundamentais e dos princípios democráticos balizados nos preceitos constitucionais. Na conformação do Sistema Único de Assistência Social, os espaços privilegiados onde se efetivará essa participação são os conselhos e as conferências, não sendo, no entanto, os únicos, já que outras instâncias somam força a esse processo. (BRASIL, 2004, p. 52).

Neste sentido Raichelis (2011), que tem contribuído com diferentes estudos no que se refere aos conselhos de assistência social, aponta o controle social como importante categoria que orienta sua análise sobre esferas públicas e participação no contexto da política de assistência social. Conforme a autora o controle social permite revisão das regras sobre os interesses em jogo, se mostrando um instrumento capaz de reorientar as regras que norteiam a construção das políticas públicas, pois se sabe que em uma sociedade capitalista de modelo neoliberal onde o individualismo e a constante busca pelo poder são fortes traços, a participação da população, mostra-se um desafio e acaba encontrando nas políticas sociais modos de gestão que entram o processo participativo.

Assim, em relação aos conselhos de direitos¹⁸, quando perguntados *O CRAS realiza em suas atividades, falas que propiciem aos usuários informação sobre os conselhos de direitos do município?* As respostas foram as seguintes: 75% (3) disseram que sim, realizam, e 25% (1) disseram que não realizam. Esta porcentagem se repete também na resposta à indagação *Os usuários são incentivados a participarem dos conselhos de direitos do município?* 75% responderam que incentivam e 25% responderam que não incentivam. Os dados nos apontam que a discussão sobre controle social dentro dos espaços dos centros de referência ainda não é realizada de forma continuada ou assídua, o que impacta na não ocupação de cadeiras dentro dos espaços dos conselhos por um número expressivo de

¹⁸Instâncias participativas e democráticas e que fazem parte da soberania popular conforme a CF (1988).

usuários, pois se os mesmos desconhecem o que são os conselhos e não são incentivados a participarem, então como irão garantir o acesso ao controle social democrático?

Na pesquisa “Análises das reflexões sobre o controle social: uma pesquisa documental no Capacita SUAS”¹⁹ realizada no ano de 2017, a participação aparece enquanto desafio sendo categoria emergente do processo de análise.

A participação dos usuários não está dada, portanto é algo a ser construído a partir das experiências cotidianas vivenciadas nos territórios onde estão os serviços do Suas e os usuários interagem com os programas e projetos existentes. Ao reconhecer que a participação dos usuários é quase que inexistente, o grande desafio está na iniciativa do profissional ou das equipes em deflagrarem espaços participativos. (FERNANDES *et al*, 2017, p.22).

Se a participação dos usuários não está dada, o incentivo constante para processos participativos pelas equipes que compõem o SUAS é essencial. Os dados apresentados anteriormente mostraram que 75% dos municípios incentivam a participação dos usuários à informação sobre conselhos de direitos e também incentivam os usuários a participarem dos conselhos de direito dos municípios, demonstrando que estas são ações de grande importância para que os espaços de controle social possam ser de defesa de direitos. Aqui o trabalho aparece como espaço também estratégico de mobilização popular para discussão da própria política de assistência social, assim os trabalhadores da assistência social “estão para além de executores de uma política pública e assumem uma identidade militante, comprometida com a defesa da assistência social como política de Seguridade Social” (KNEVITZ, 2016, p.281).

Portanto, para que haja a defesa da política de assistência social e o acesso aos direitos sociais é necessário o exercício democrático do controle social, e buscar estratégias de participação da população usuária é imprescindível, para isso cabe repensar os espaços onde a população se insere enquanto potenciais para fortalecer esta população sinalizando sua importância na consolidação da política de assistência social.

Entendendo a participação enquanto cidadania, e neste caso a cidadania plena já apontada por Gohn (2011) é necessário considerar o processo participativo no contexto neoliberal. Assim

O neoliberalismo tem ressignificado a cidadania e criado um novo tipo: a cidadania voltada para o mercado ou adquirida via mercado. Trata-se de um processo de desvirtuamento no qual o cidadão transforma-se em cliente, consumidor de bens e

¹⁹O relatório desta pesquisa encontra-se em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/174548>

serviços, e não mais detentor de direitos, direitos esses que deveriam ser alcançados pelo acesso aos serviços públicos estatais (ibidem, p. 29).

Desta forma o processo de participação dos sujeitos de direitos nas políticas sociais se mostra difícil em uma sociedade de modelo neoliberal, porém o controle social pode contribuir significativamente com o processo de fortalecimento da cidadania já que “para além da garantia de direitos e deveres, deve assegurar a participação de cada pessoa como sujeito ativo do processo democrático” (MACHADO, 2016, p.184). Compreende-se que a cidadania plena se dá a partir de participação do sujeito ativo que se torna coletivo nas lutas, e quando este sujeito se reconhece parte fundamental da construção de um processo inerente a ele mesmo, como nas políticas públicas sendo que as mesmas têm por objetivo primordial o atendimento às necessidades sociais do cidadão. Logo, este cidadão deve buscar que suas necessidades sejam de fato contempladas de acordo com a realidade em que o mesmo se insere. Ainda acompanhando as reflexões de Gohn (2011) entende-se participação como:

Um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Não estamos nos referindo a qualquer tipo de participação, mas a uma forma específica que leva à mudança e à transformação social. (p. 30-31).

Considerando então a importância de mecanismos para participação protagonista que busca romper com a alienação, o fortalecimento do controle social democrático e a organização da sociedade neste sentido são de extrema importância, poder apontar formas organizativas que busquem informar e propagar conhecimento acerca de direitos e possibilitem transformação da realidade vivenciada. Desta forma nos reportando ao pensamento marxista, o controle social pode apresentar-se também como possibilidade estratégica desta transformação através de um ato político revolucionário que de acordo com o exposto até aqui, possa superar formas de poder que buscam ditar individualmente os rumos das políticas públicas.

Ademais, demarcar os acontecimentos históricos que tangem o fortalecimento do controle social e conferem legitimidade a este processo são fundamentais, assim, destacamos as conferências nacionais de assistência social, espaços que, como nas demais conferências municipais, do distrito federal e estaduais, dão materialidade para o controle social. As conferências previstas na LOAS (1993), são instâncias para avaliar a política, modificar o que

necessita ser revisto e o primordial: através da participação de todos os atores envolvidos nesta política pública, com importante destaque para os usuários.

No que tange a discussão das Conferências, quando indagados “Em relação às Conferências Municipais de Assistência Social, o CRAS realiza pré-conferência?” as equipes respondem que 75% realizam e 25% não realizam. As pré-conferências são preparatórias para as Conferências, e se mostram como o momento onde a população é apresentada ao tema que será discutido nestas Conferências e ainda, pode ser espaço para a organização daquele território que irá defender os interesses da população colaborando com a definição de quais propostas serão levadas a nível estadual e nacional. Neste processo é imprescindível que um usuário seja delegado e munido de informação possa representar o município nos demais níveis das conferências.

Sobre a preparação para as conferências, os CRAS também respondem ao questionamento “Se realiza pré-conferência, com quanto tempo de antecedência à Conferência Municipal?”, ao que 75% (2) realizam com um mês de antecedência e 25% (1) com dois meses de antecedência. Compreende-se que as pré-conferências se mostram momentos de grande importância, também sendo espaços para consolidação do controle social e mais, espaço para debates e reflexões acerca do território em que vivem e como a política de assistência social vem atendendo estes usuários nas suas demandas sociais. Outra informação relevante se trata da representação da participação dos usuários do CRAS na Conferência Municipal de Assistência Social ao responderem “Em relação a representação da participação dos usuários do CRAS na Conferência Municipal de Assistência Social, pode-se dizer que: foi satisfatória; não houve representação ou houve representação, mas não foi satisfatória” 75% (3) respondem que foi uma representação satisfatória e 25% (1) que houve a representação, mas não foi satisfatória.

Assim, entendendo a importância destas esferas como fortalecimento do controle social, as conferências em todos os níveis são também espaços de resistência. As temáticas inseridas nas agendas do controle social no SUAS são construídas por estes coletivos que participam dos processos preparatórias das conferências que podem ser as pré-conferências, mas também podem ser os debates travados nos CRAS no cotidiano das atividades realizadas nos territórios. Ao longo da história as Conferências têm deflagrado bandeiras de lutas e resistências como podemos verificar na linha do tempo apresentada no Quadro 2

Quadro 2: conferências nacionais como formas de resistência.

Conferência	Ano	Tema	Número de Participantes
I Conferência Nacional de Assistência Social	20 a 23 de novembro de 1995	“A Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado”	1.069 participantes
II Conferência Nacional de Assistência Social	9 a 12 de dezembro de 1997	O Sistema Descentralizado e Participativo da Assistência Social – Construindo a Inclusão – Universalizando Direitos	1.002 participantes
III Conferência Nacional de Assistência Social	4 a 7 de dezembro de 2001	Política de Assistência Social: Uma trajetória de Avanços e Desafios	1.020 participantes
IV Conferência Nacional de Assistência Social	7 a 10 de dezembro de 2003	Assistência Social como Política de Inclusão: uma Nova Agenda para a Cidadania – LOAS 10 anos	1.035 participantes
V Conferência Nacional de Assistência Social	5 a 8 de dezembro de 2005	SUAS – PLANO 10: Estratégias e Metas para Implementação da Política Nacional de Assistência Social	1.338 participantes
VI Conferência Nacional de Assistência Social	14 a 17 de dezembro de 2007	“Compromissos e Responsabilidades para Assegurar Proteção Social pelo Sistema Único da Assistência Social –SUAS	1.785 participantes
VII Conferência Nacional de Assistência Social	30 de novembro a 3 de dezembro de 2009	Participação e Controle Social no SUAS	1.900 participantes
VIII Conferência Nacional de Assistência Social	07 a 10 de dezembro de 2011	Avançando na consolidação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios.	1.358 participantes
IX Conferência Nacional de Assistência Social	16 a 19 de dezembro de 2013	A Gestão e o Financiamento na efetivação do SUAS	2.171 participantes
X Conferência Nacional de Assistência Social	7 a 10 de dezembro de 2015	Consolidar o SUAS de vez rumo a 2026	1.615 participantes
XI Conferência Nacional de Assistência Social	5 a 8 de dezembro de 2017	Garantia dos Direitos no Fortalecimento do SUAS	Ainda sem informação

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA.

Fonte: Sistematização realizada pela autora, a partir da análise dos relatórios das Conferências Nacionais de Assistência Social (CNAS, 1995; 1997, 2001; 2003; 2005; 2007; 2009; 2011; 2013; 2015; 2017).

Observando a linha do tempo apresentada no Quadro 2 é possível reconhecer que essas conferências se constituem em uma importante estratégia para fomentar as resistências dentro dos espaços de controle social. Por resistência entende-se o processo coletivo que tem por objetivo comum a luta pela emancipação dos sujeitos de direitos com efetividade no que concerne ao acesso a estes direitos. Resistência é olhar para os cidadãos e cidadãs e para o mundo da mesma forma, buscando ao final a mudança societária proclamada quando se debate transformação social. Sabe-se que os relatórios finais das Conferências são de grande importância para a organização da política para os próximos anos, assim, poder conhecer as deliberações que foram acordadas em cada conferência para que também os planos municipais de assistência social sejam elaborados com base nas deliberações construídas neste processo participativo. Desta maneira, trabalhadores e usuários do SUAS podem buscar o acesso a estes documentos que devem orientar as ações da política de assistência social, afinal informação também é resistência.

Entretanto o ano de 2017 foi o ano que marcou negativamente a história das conferências de assistência social, pois o governo que arquitetou o golpe e chegou ao poder, não incentivou a participação da população na Conferência Nacional entretendo este processo e também, não contribuiu com muitos estados para facilitar a ida dos delegados eleitos nas Conferências Estaduais para a Conferência Nacional. Quem acompanhou a Conferência Nacional presenciou boicotes durante seu andamento, o que deixou implícito que este governo ilegítimo que hoje ocupa a cadeira presidencial não tem por interesse estimular a participação para um controle social democrático, ao contrário, quer calar a população, o presidente e seus aliados retrocedem as políticas públicas prejudicando a classe trabalhadora para que esta se retraia, e é neste momento, mais do que nunca, que se deve avançar na discussão do controle social e estratégias para sua consolidação.

No tocante a participação dos usuários e consolidação do controle social e do próprio SUAS, indagou-se “Você considera a participação dos usuários para consolidação do SUAS como: não considera importante; importante; extremamente importante ou não tem opinião sobre” 75% (3) consideraram extremamente importante e 25% (1) importante. No que se refere às duas alternativas que foram assinaladas, destaca-se que as mesmas são cheias de significado, pois quando se diz que esta participação é extremamente importante entende-se que as intervenções realizadas nos CRAS objetivam em sua maioria o fortalecimento dos

sujeitos para a consolidação do sistema, já quando se assinala que é importante, se entende que nem todas as ações realizadas nestes equipamentos têm por objetivo fomentar nos sujeitos uma cultura participativa que busque a defesa de seus direitos.

Já, quando questionados “Nas reuniões de equipe costumam-se refletir estratégias para aproximar a discussão de controle social dos sujeitos de direitos?” 75% (3) dos CRAS respondem que sim, refletem estratégias e 25% (1) dizem que eventualmente fazem essa reflexão. Estes dados revelam que é sabida pelos centros de referência a importância dos usuários em espaços que propiciem consolidar o sistema, porém, como mostram os demais dados apresentados até aqui desenvolver estratégias que possam alcançar efetivamente estes espaços de participação aos usuários são fundamentais e devem estar presentes nas discussões propostas pelas equipes nos atendimentos, pois o controle social só se torna democrático quando articulado a um participar movido por reflexão e embasado com informação, inclusive para que se desenvolvam outras formas de participação. Estas podem se apresentar para além dos espaços das conferências (enquanto formal) e dos equipamentos do SUAS (não formal) aqui já apresentadas.

Os Fóruns de Trabalhadores do SUAS e os Fóruns de Usuários do SUAS são dois grandes exemplos de espaços criados para fomentar o processo participativo. De acordo com Machado (2012)

Os fóruns da sociedade civil na área das políticas sociais são espaços amplos, plurais e dinâmicos, de adesão voluntária e cidadã, que congregam pessoas, movimentos sociais, entidades e organizações da sociedade civil partir de um tema específico, tendo em vista a defesa de direitos e de políticas públicas. Caracterizam-se enquanto espaços coletivos que proporcionam o intercâmbio de informações, processos formativos e de mobilização cidadão (p. 67).

Destaca-se aqui o Fórum de Usuários, que acontece a nível nacional, estadual e municipal e que se apresentam da seguinte forma:

O Fórum Nacional dos Usuários da Assistência Social, doravante denominado FNUSUAS, é um espaço coletivo de organização política dos/as Usuários/as do SUAS, de caráter permanente, que se constitui por meio de diferentes formas de representações de Usuários e Organizações Nacionais de Usuários (de acordo com a Resolução CNAS 24/2006) e de representações dos Fóruns Estaduais dos Usuários do SUAS – FEUSUAS. Sua finalidade é fazer a articulação política e contribuir para o empoderamento do usuário bem como representar o coletivo dos usuários e usuárias do SUAS nas instâncias de discussão, deliberação, pactuação, controle social e gestão nacional do SUAS. (FÓRUM NACIONAL DE USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2017)²⁰.

²⁰Sobre o blog do FNUSUAS sugiro ver: <https://forumusuariosuas.wordpress.com/author/forumusuariosuas/>

Fomentando o debate em relação à participação, a maneira como estão constituídos os espaços de controle social representativo apresentam entraves que emperram a radical participação popular na política de assistência social (PAIVA; CARRARO; ROCHA, 2015).

Assim:

A maneira como é exercida a participação, restringe a atuação realmente popular, além de, na maioria das vezes, reproduzir os mesmos problemas da democracia representativa: descompromisso dos representantes, representação dos interesses individuais, burocratização do espaço, falta de debate político com as massas, etc. (ibidem, p.66).

Por este motivo, provocar reflexões que venham a contribuir com o controle social são de extrema importância, pensando este controle na forma contraditória como se apresenta, compreendendo seus limites e possibilidades de avanços em tempos de retrocesso. Para que se possa refletir acerca das formas organizativas da sociedade faz-se imprescindível situar o controle social no SUAS hoje e as discussões realizadas sobre a temática, pressupondo que é necessário conhecer para transformar ou ainda, como refere a icônica frase de Marx e Engels “não basta interpretar o mundo, o que importa é transformá-lo”.

4 CONCLUSÕES

O percurso investigativo indica que o controle social está em construção, e com ele, os que estão envolvidos neste processo também se constroem e reconstróem a cada dia, sejam esses os sujeitos de direitos usuários do CRAS ou a equipe técnica destes centros de referência. E esta construção diária é mais uma forma de resistência diante do retrocesso: cada direito renunciado pede uma nova forma de reclamá-lo, de acessá-lo e de buscar sua garantia. Cada sujeito envolvido neste processo, mesmo que em espaços diferentes, fala do mesmo desafio, a busca por estratégias para consolidar o controle social democrático do SUAS.

Propor a construção de um conceito como o de educação política é um desafio, pois são poucas as revisões teóricas que abordam a temática e por se tratar de um tema instigador necessita atenção a cada linha, buscando a articulação com a teoria marxiana que ilumina a discussão. Refletir a educação política, enquanto possível estratégia para o controle social democrático do SUAS, levou a uma investigação que trouxe análises a partir daqueles que estão vivenciando em seus cotidianos os desafios da política de assistência social: os técnicos da equipe de referência e os usuários do CRAS.

A academia, que promove a pesquisa científica, não tem todas as respostas para as problemáticas sociais que surgem na contemporaneidade, e, por este motivo, buscar *in locus* respostas que possam contribuir com a transformação de realidades que apresentam as marcas deixadas pelo sistema capitalista é de suma importância. É nos trabalhadores da política de assistência que se compreende a dinâmica de organização da política de assistência social e, também, nos usuários da política de assistência social que se compreende o impacto das ações dos projetos e programas desta política em suas vidas.

Desta forma, evidenciaram-se através dos dados da pesquisa os mecanismos de intervenção profissional acionados pelos trabalhadores da equipe de referência dos CRAS que podem vir a fortalecer o controle social. Estes mecanismos são visualizados nas oficinas e demais atividades como palestras, debates, entre outros. Os mesmos podem contribuir com o fortalecimento do controle social democrático do SUAS, mas isto requer intencionalidade nas ações, assim, se as atividades são propostas com intuito de reflexão crítica fortalecem o controle social democrático, pois estes momentos tornam-se espaços para discussão e aprofundamento sobre os conselhos de direitos como estratégias para acesso e garantia de direitos da população. Não se pode apenas cumprir o protocolo de oficinas que devem ter em um CRAS para receber recursos.

Também, os dados possibilitaram conhecer as experiências de participação vivenciadas pelos usuários do CRAS e a compreensão que estes sujeitos possuem destes processos. Estas experiências estão vinculadas fortemente aos grupos de atividades com artesanato e a participação existe apenas quando é solicitada. Os sujeitos compreendem estes processos como parte integrante de seu cotidiano nos serviços e não refletem o porquê fazem. A garantia dos direitos socioassistenciais pode vir a se fortalecer neste contexto a partir de debates, discussões políticas e protagonismo da população usuária nos espaços formais de controle social (conselhos e conferências).

A população ainda carrega valores subalternos conforme se evidenciou, e, por este motivo, os técnicos da política de assistência social precisam pensar formas para a superação destas alienações. Os próprios assistentes sociais, por exemplo, sofrem a pressão do conservadorismo, que só é possível resistir quando cientes da direção do Projeto Ético Político da profissão.

Em vista disso, as possíveis estratégias de educação política que podem vir a contribuir com a ampliação da participação e democracia na efetivação do controle social do SUAS se encontram na possibilidade de a equipe técnica do CRAS já utilizar dos serviços que existem nos centros de referência para instigarem a reflexão crítica da população através de ações de educação política. Mesmo não estando evidentes as estratégias de educação política, há indícios de que a mesma possa se materializar nos CRAS, por exemplo, através das discussões que a equipe busca promover nos grupos onde mostram conhecimento sobre a importância do controle social e da participação da população. O que ainda falta é juntamente com os usuários construir a educação política neste espaço.

Neste sentido as estratégias de educação política voltadas à população usuária do CRAS se constituem ainda embrionárias: os dados trazem que as equipes de referência tem o conhecimento sobre o controle social e identificam a importância de debates junto aos usuários nos grupos e atividades. Os dados também apontam que a população usuária representada no GF demonstra que participar das oficinas de artesanato é o que vincula os usuários aos serviços do CRAS, logo, o que é proposto nestas oficinas é aceito pelas usuárias, que parecem receptivas para novos tipos de participação.

Desta maneira, cabem às equipes dos CRAS a cada dia buscarem a aproximação da discussão da educação política nestes momentos em que a população sente estar vinculada aos serviços, compreendendo que a construção da educação política requer tempo, logo, as oportunidades em se possa propor novos tipos de participação e debater a importância do

controle social é essencial. Nesta caminhada, que requer compromisso com a reflexão crítica, podem surgir estratégias de educação política que busquem o fortalecimento do controle social democrático do SUAS.

É importante sinalizar que durante a construção deste estudo, iniciado em 2016, se anunciavam dias difíceis e que foram confirmados naquele mesmo ano: um impeachment que afasta uma presidenta legítima do poder, dando lugar a um senhor que juntamente com outros representantes da burguesia brasileira pautam a construção de outro projeto para o país com centralidade no crescimento econômico, na redução dos “gastos” na área social, o que justifica, entre outras medidas, a implantação da Emenda Constitucional nº 95²¹. Vive-se um momento em que manter aquilo que os movimentos sociais lutaram tanto para garantir é um desafio, e ao vivenciar estas questões, a ideia da educação política parece urgente: a população precisa se organizar. Sem reflexão crítica e sem ocupar os espaços como os de controle social, o avanço do capitalismo sobre as políticas públicas dizimando-as será cada vez mais avassalador.

Por classe trabalhadora se entendem todos os partícipes deste processo de pesquisa: desde a própria pesquisadora, aos técnicos do CRAS e os usuários do serviço. O dito trabalho de base que busca organizar esta classe tem urgência em começar, e compreender quem são os trabalhadores que sofrem o impacto do capitalismo que vivenciamos no país é o início para que juntos possam lançar estratégias que fortaleçam a reflexão crítica e contribuam na superação das desigualdades sociais. O Estado que se tem é capitalista, e a contradição é inerente, pois se o mesmo possibilita o controle social na perspectiva de perpetuar a lógica do capital, cabe então à população buscar formas deste controle social ser democrático através da incidência da participação da mesma nos espaços dos conselhos de assistência social.

Destarte, compartilhar os achados desta pesquisa com os sujeitos envolvidos em sua construção é fundamental, pois de nada vale a escrita incessante e as reflexões propostas se não retornarem àqueles que possibilitaram as análises, contribuindo com a transformação da realidade ora pesquisada. Não há neste estudo o intuito de apresentar certezas absolutas, ao contrário, a construção juntamente aos que compõem o SUAS na sua totalidade é que dará sentido ao percorrido nestas linhas.. Educação política também se dá desta forma.

Por fim, citamos parte do poema “Nada é impossível de mudar” de Bertolt Brecht (1898) “[...] em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer

impossível de mudar”. Assim, a educação política aparece enquanto estratégia imprescindível para o controle social democrático do SUAS, pois serão estratégias como esta que irão organizar os sujeitos de direitos através de reflexões críticas promovendo mudanças cada vez mais necessárias nas políticas públicas, afinal, nada é impossível de mudar.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**, introdução de Ivan Lins; tradução de Nestor Silveira Chaves.- Ed. Especial. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. (Saraiva de bolso).

AURÉLIO. Dicionário On-line. <https://dicionariodoaurelio.com/> Acesso em: 5/8/2016.

BAQUERO, Marcelo. **A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais: uma introdução**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BEHRING, Elaine. **Questão social e direitos**. In: Direitos sociais e competências profissionais. CFESS/ABEPSS, Brasília/DF, 2009.p. 267-284.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação para a democracia. versão resumida de conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da Educação na FEUSP**, 1996.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016. 192 p.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**, 2004. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, dezembro de 2004.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social**, 1993.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis/RJ:Vozes, 1998.

CEPIK, Marco. **Estado**. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. Org. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: ED UFRGS, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. Ed. Ática, São Paulo, 2000.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. -3ed.- Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. **A assistência Social como política pública: do sistema descentralizado e participativo ao Sistema Único de Assistência Social –SUAS**. In: MENDES, Jussara Maria Rosa; PRATES, Jane Cruz; AGUINSKY, Beatriz. **Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; HILLESHEIM, Betina. **Vulnerabilidade Social**. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. Org. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: ED UFRGS, 2016.

DILLENBURG, Fernando Frota. **Desigualdade Social**. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. Org. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: ED UFRGS, 2016.

ESCOREL, Sarah; MOREIRA, Marcelo Rasga. **Participação Social**. In: GIOVANELLA, Lígia, et al. **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

FANTINEL, Letícia Dias. **Algumas questões para se pensar cultura política no Brasil**. Revista Psicologia Política. vol.11 no.21 São Paulo jun. 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000100003>. Acesso em 10 de Set.de 2017

FERNANDES, Rosa Maria Castilho. **Educação Permanente no SUAS**. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. Org. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: ED UFRGS, 2016.

FIORI, Ernani Maria. **Educação e Política: textos escolhidos – volume 2./coordenação Otilia Beatriz Fiori Arantes**. -2ed- Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa?**4.ed. São Paulo: Atlas, 2002

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. - 6 ed.-São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos**. Em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2002000300004. Acesso em: 5/8/2016.

GRAMSCI, Cadernos do cárcere, vol. 5, edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. A brief history of neoliberalismo was originally published by arrangement with Oxford University Press, 2005.

IMAMOTO, Marilda Vilella. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12.ed. São Paulo, Cortez, 2007.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia – Rio de Janeiro**: Jorge Zabar Ed., 2001.

MACHADO, Loiva Maria de Oliveira. **Participação Popular**. In: FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; HELLMANN, Aline. Org. **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: ED UFRGS, 2016.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **O Serviço Social no âmbito da Política Educacional: Dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do projeto ético-político**. In: SILVA, Marcela Mary José da. **Serviço Social na Educação: teoria e prática**. 2.ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Centauro, 2002.

MÉSZARÓS, Istvan. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NAGEL, Lizia Helena. **A educação política como condição de luta**. In: **Germinal: Marxismo e educação em debate**. Salvador, v.9, n. 1, p. 142-152, abr, 2017.

PEDRINI, Dalila; ADAMS, Telmo; SILVA, ViniRabassada. **Controle Social e Fortalecimento da democracia participativa: dilemas e perspectivas**. In: PEDRINI, Dalila; ADAMS, Telmo; SILVA, ViniRabassada. **Controle Social de Políticas Públicas: caminhos, descobertas e desafios**. São Paulo: Paulus, 2007.

PEREIRA, Potyara A.P. **Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania**. In: **Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Ano. 2. N.3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001 88p.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática**. -6.ES- .São Paulo: Cortez, 2011.

RAUBER, Isabel. **Socialismo em elsiglo XXI? Reflexiones em torno a las alternativas a la barbárie imperialista**. In: BOSCHETTI, Ivanete; PEREIRA, Potyara A.P; CÉSAR, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Denise B. B. de. **Política Social: alternativas ao neoliberalismo**. Brasília-UNB, Programa de Pós-graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2004.

SILVA, Heloísa Helena da.; FERREIRA, Luciana Paes Barreto; BARROS, Maria Lúcia. **Estado/Sociedade e o Controle Social**. In: **Divers@. Revista Eletrônica Interdisciplinar**. Matinhos v.1, n.1, p.23-29, jul/dez 2008.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: UNIJUI, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. **As ambigüidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n° 77, p. 11-29, mar. 2004.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO DE PSICOLOGIA-DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO

Declaro para os devidos fins que o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamento público da Política de Assistência Social vinculado a Prefeitura Municipal de _____, está ciente e autoriza a realização da pesquisa intitulada “**EDUCAÇÃO POLÍTICA: estratégias para o Controle Social do Sistema Único de Assistência Social**”, tendo como sujeitos da pesquisa a equipe técnica de referência dos CRAS, a qual responderá um questionário online mediante consentimento em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Trata-se de uma pesquisa social que tem como **objetivo** conhecer como se constituem as estratégias de educação política voltadas a população usuária do CRAS, com vistas ao fortalecimento do controle social democrático do SUAS na região do Alto da Serra do Botucaraí.

Tendo em vista o **compromisso ético** com a devolução das informações e dados analisados após a conclusão desta investigação, tem-se como responsabilidade a devolução em forma de Dissertação de Mestrado, publicação de relatórios de pesquisa, artigos e socialização em eventos científicos entre outros. Os dados serão mantidos sob a responsabilidade da pesquisadora pelo período de 5 (cinco) anos, sendo garantida sua confidencialidade, ressaltando que em nenhum momento serão expostos os nomes dos participantes.

O estudo será realizado sob responsabilidade da pesquisadora mestranda do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social **Daiane Conrado da Silva**, sob orientação da Professora Dra. **Rosa Maria Castilhos Fernandes**, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) no Departamento de Serviço Social e no Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social.

Ciente

Coordenação do Centro de Referência de Assistência Social de

Nome:

CPF n°:

Telefone para contato:

E-mail:

APÊNDICE B

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Questionário Online-Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social)

Prezado(a) Trabalhador(a)

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a), da pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO POLÍTICA: estratégias para o controle social do Sistema Único de Assistência Social** de responsabilidade da pesquisadora **Daiane Conrado da Silva**, mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Política Social e Serviço Social da UFRGS orientada pela Prof.^a Dra. **Rosa Maria Castilhos Fernandes**. **O objetivo geral desta pesquisa é:** conhecer como se constituem as estratégias de educação política voltadas a população usuária do CRAS com vistas ao fortalecimento do controle social democrático do SUAS na região do Alto da Serra do Botucaraí.

Pedimos sua colaboração para participar da pesquisa preenchendo o questionário online. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e mantidas sob sigilo em local seguro pelo período de 5 anos, após, serão destruídas. Será mantido o sigilo de sua participação, ou seja, em nenhum momento do estudo ou do relatório final de pesquisa os sujeitos participantes do preenchimento do questionário serão identificados, garantindo o sigilo e anonimato dos participantes. Entretanto, não haverá sigilo dos nomes dos municípios participantes da pesquisa, que poderão ser identificados ao longo dos relatórios e resultados. Sua participação não é obrigatória. **A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a UFRGS.**

Colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos ou dúvidas relativas à pesquisa. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Mestranda Daiane Conrado da Silva orientada pela Prof.^a Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes. A pesquisadora pode ser contatada a qualquer momento para eventuais esclarecimentos ou dúvidas com relação à pesquisa (incluindo aquelas referentes ao questionário), ou ainda, você poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 3308-5698.

Após ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa, considero-me esclarecido sobre o trabalho, e aceito participar voluntariamente, entendendo que os pesquisadores terão propriedade intelectual sobre as informações geradas com o trabalho. Ficou claro que a minha participação será somente para participar do processo de preenchimento do questionário e será isenta de riscos e despesas, tendo garantia do acesso aos resultados e

esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Expresso minha concordância com a divulgação pública dos resultados e dos municípios participantes, uma vez que recebi garantias sobre o anonimato e sigilo de minha identidade.

Participante: _____

Assinatura: _____

Data: __/__/____.

Assinatura da Pesquisadora: _____

Pesquisadora responsável: Daiane Conrado da Silva

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600. Bairro Santa Cecília. Porto Alegre/RS.

Fone: 54-9134-4340

APÊNDICE C

**INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(Grupo Focal)**

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a), da pesquisa intitulada **EDUCAÇÃO POLÍTICA: estratégias para o controle social do Sistema Único de Assistência Social no RS** de responsabilidade da pesquisadora **Daiane Conrado da Silva**, mestranda do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Política Social e Serviço Social da UFRGS orientada pela Prof.^a Dra. **Rosa Maria Castilhos Fernandes**. **O objetivo geral desta pesquisa é:** conhecer como se constituem as estratégias de educação política voltadas a população usuária do CRAS com vistas ao fortalecimento do controle social democrático do SUAS na região do Alto da Serra do Botucaraí.

Pedimos sua colaboração para participar da entrevista a ser realizada por meio do grupo focal. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais mantidas sob sigilo em local seguro pelo período de 5 anos, após, serão destruídas. Será mantido o sigilo de sua participação, ou seja, em nenhum momento do estudo ou do relatório os sujeitos participantes dos grupos focais serão identificados e que após o término do relatório, as entrevistas que serão gravadas e posteriormente transcritas para fins de análise, serão destruídas, garantindo o sigilo e anonimato dos participantes. **Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a UFRGS.**

Você receberá uma cópia deste termo e colocamo-nos a disposição para eventuais esclarecimentos ou dúvidas relativas à pesquisa. A pesquisadora responsável por esta pesquisa é a Prof.^a Dra. Rosa Maria Castilhos Fernandes poderá ser contatada a qualquer momento para eventuais esclarecimentos ou dúvidas com relação à pesquisa ou ainda você poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo telefone (51) 3308-5698. O presente termo será assinado por você em duas vias, sendo uma para seu próprio uso e outra para ser arquivada pelo pesquisador.

Após ter sido informado sobre os objetivos da pesquisa, considero-me esclarecido sobre o trabalho, e aceito participar voluntariamente, entendendo que os pesquisadores terão propriedade intelectual sobre as informações geradas com o trabalho. Ficou claro que a minha participação será somente para participar do processo de preenchimento do questionário e será isenta de riscos e despesas, tendo garantia do acesso aos resultados e esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Expresso minha concordância com a divulgação pública dos resultados e dos municípios participantes, uma vez que recebi garantias sobre o anonimato e sigilo de minha identidade.

Participante: _____

Assinatura: _____

Data: __/__/____.

Assinatura da Pesquisadora: _____

Pesquisadora responsável: Daiane Conrado da Silva

Endereço: Rua Ramiro Barcelos, 2600. Bairro Santa Cecília. Porto Alegre/RS.

Fone: 54-9134-4340

APÊNDICE D
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL

QUESTIONÁRIO

Identificação

Nome:

Função no SUAS:

Formação:

Há quanto tempo trabalha no CRAS? (Indique o ano e mês de início)

Bloco I

1. Com quantos grupos de SCFV e PAIFo CRAS trabalha atualmente?

2. Os usuários participam na elaboração do cronograma de atividades anuais do CRAS?

() Sim () Não

3. Os usuários participam da construção das propostas que serão trabalhadas nos grupos?

() Sim () Não () Às vezes

4. O CRAS realiza em suas atividades, falas que propiciem aos usuários informação sobre os conselhos de direitos do município?

() Sim () Não () Às vezes

5. Os usuários são incentivados a participarem dos conselhos de direitos do município?

() Sim () Não

6. Em relação às Conferências Municipais de Assistência Social, o CRAS realiza pré-conferência?

() Sim () Não

7. Se realizou pré-conferência, com quanto tempo de antecedência à Conferência Municipal?

2 meses 4 meses 6 meses Outro _____

8. Você considera a participação dos usuários para consolidação do SUAS como:

não considera importante importante extremamente importante não tem opinião

9. Em relação a representação da participação dos usuários do CRAS, na última Conferência Municipal de Assistência Social no ano de 2015, pode-se dizer que:

foi satisfatória não houve representação houve representação, mas não foi satisfatória

10. Nas reuniões de equipe costumam-se refletir estratégias para aproximar a discussão de controle social dos sujeitos de direitos?

sim não eventualmente

Bloco II

1. Em relação ao PAIF e SCFV, qual a principal atividade desenvolvida nos grupos?

2. De que forma são desenvolvidos os grupos no que tange aos assuntos e discussões que são tratados?

3. Para você o que é participação em uma palavra?

4. Você conhece a legislação que concerne o Controle Social na Política de Assistência Social?

5. Cite uma importante estratégia política que pode ser desenvolvida pelo CRAS para fortalecer a participação dos usuários nos espaços de controle social, e comente o porque da importância desta estratégia.

6. A equipe participou do preenchimento do questionário?

Sim Não

APÊNDICE E

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL**

ROTEIRO PARA DESENVOLVIMENTO DO GRUPO FOCAL

PESQUISA

EDUCAÇÃO POLÍTICA: Estratégias para o controle social do Sistema Único de Assistência Social.

APRESENTAÇÃO

- Fazer agradecimento pela presença citando o caráter voluntário da participação também nas falas e como estas serão bem-vindas;
- O facilitador/pesquisador responsável abre os trabalhos com a fala dos objetivos da pesquisa e da dinâmica do Grupo Focal;
- Fazer leitura do TCLE; assinar e entregar uma cópia para cada participante;
- Abordar sobre a dinâmica do grupo focal.

RODADA DE APRESENTAÇÃO

- Introdução da Temática – Sensibilização para o debate.

Roteiro de questões orientadoras:

1. O que é participação para vocês?
2. Em que momento vocês participam do CRAS? Citem exemplos.
3. Vocês conhecem o Conselho Municipal de Assistência Social do município? Já foram em alguma reunião?
4. Quando vocês vêm ao CRAS para os grupos, o que é feito? Vocês falam sobre as necessidades sociais de vocês, sobre os direitos que possuem, sobre o território onde moram e sobre política?
5. De que forma você gostaria de estar participando do CRAS?

Escolha uma palavra que representa o que foi participar deste grupo focal para você.

AGRADECER A PARTICIPAÇÃO E ATENÇÃO.

